



CADEIA DE VALOR DO

CACAU

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS



CADEIA DE VALOR DO

CACAU

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS



FICHA TÉCNICA

Organização: Marcio Halla, Forest Trends

Editora: Beatriz Vianna de Araujo Cintra

Revisão:

Equipe da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends no Brasil (Equipe FT) – Cairã Andrade, Carlos Silva, Fabio Melo, Jonas Gebara, Luan Neves, Marcio Halla, Maria Barcellos, Muyara Ruiz, Nicia Coutinho, Pedro Póvoa, Suellen Manguiera, Tatiana Tintino

Projeto gráfico, ilustrações e diagramação: Lica Donaire-Ecotoré Serviços Socioambientais

Realização: Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT)

Diretor da ICGT-FT: Beto Borges

Gerente da ICGT-FT: Carla Cardenas

Coordenador do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa: Marcio Halla

Equipe do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa: Equipe FT

Parceria: Povos e Organizações Indígenas do Mosaico Tupi

Parceiros estratégicos: USAID, CIAT e PPA

“Esta publicação pode ser reproduzida no todo ou em parte e em qualquer forma para fins educacionais ou sem fins lucrativos, sem necessidade de permissão especial do titular dos direitos autorais, desde que seja citada a fonte. A Forest Trends, porém, gostaria de ser informada e receber uma cópia de qualquer publicação ou menção que venha utilizar esta publicação como fonte. É vetado qualquer uso comercial da publicação.”



CADEIA DE VALOR DO **CACAU**
DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AOS MERCADOS



SIGLAS

CIAT Centro Internacional de Agricultura Tropical.

Conab Companhia Nacional de Abastecimento.

Funai Fundação Nacional do Índio.

FT Forest Trends.

Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística.

IEI Iniciativas Econômicas Indígenas.

Imaflora Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola.

ICGT-FT Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends.

IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

ISA Instituto Socioambiental.

NFNC Nossa Floresta Nossa Casa, programa da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends.

ONG Organização não-governamental.

PPA Plataforma Parceiros pela Amazônia.

RESEX Reservas Extrativistas.

Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

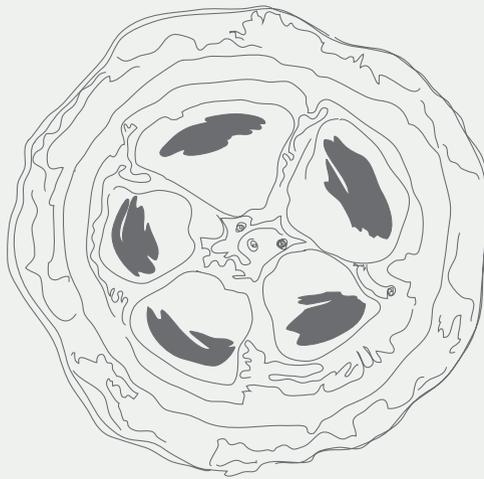
TI Terra Indígena.

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.



SUMÁRIO

Prefácio	11
Beto Borges, Forest Trends	
Apresentação	15
Marcio Halla, Forest Trends	
Conceitos	21
Marcio Halla e Equipe Forest Trends	
Parte I	
Capítulo 01 – A cadeia	31
Jonas Gebara	
Capítulo 02 – O mercado	49
Jonas Gebara	
Parte II	
Capítulo 03 – O Território Mosaico Tupi	75
Suellen Mangueira e Equipe Forest Trends	
Capítulo 04 – As Iniciativas Econômicas Indígenas	89
Jonas Gebara, Carlos Leonardo Pereira da Silva e Cairã Andrade	
Posfácio	105
Augusto Corrêa, Plataforma Parceiros pela Amazônia	



PREFÁCIO

As mais de duas décadas de parceria com povos indígenas ensinaram à Forest Trends que a colaboração a longo prazo e o apoio às comunidades indígenas é o melhor caminho para estabilizar a fronteira florestal, ajudando-os a defender suas florestas de atividades ilegais e fortalecendo as economias florestais de acordo com sua autodeterminação (BORGES, 2021¹).

As florestas cobrem aproximadamente 30% da superfície da Terra e, conforme estimativa da Forest Trends (WHITE e MARTIN, 2002), estima-se que nas florestas da América Latina, Oeste da África e Sudeste Asiático vive uma população indígena de 60 milhões de pessoas. A conservação dessas áreas e o bem-estar de seus habitantes estão intrinsecamente ligados: a título de exemplo, a América Latina concentra 50% dessa cobertura florestal e 23% da área, aproximadamente 435 milhões de hectares (RRI, 2015), são habitados por povos indígenas e comunidades locais que as utilizam para sua sobrevivência, alimentação, saúde, moradia, fontes de renda e cultura.

A presença desses povos vem mantendo as florestas conservadas devido às suas práticas de uso tradicional e sustentável dos recursos naturais. Ademais, onde os direitos pela segurança territorial estão garantidos por lei, o desmatamento é controlado significativamente, como demonstram dados de monitoramento da Amazônia realizado pela Ecociência: durante 15 anos, 88% do desmatamento na região ocorreu fora dos territórios indígenas, que mantiveram biomassa em maior proporção (FONDO PARA LA DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE - EDF, 2017). Vê-se, portanto, como esses povos contribuem efetivamente para a conservação de paisagens florestais intactas, beneficiando a conservação da biodiversidade e os compromissos climáticos nacionais.

Os dados sobre o desmatamento na Amazônia demonstram também a importância de assegurar aos povos a permanência em seus territórios e de se valorizar seus modos de vida e bem viver. Os territórios indígenas compreendem 22% da extensão total da Amazônia Legal brasileira: proporcionalmente ao território nacional, 13% são Terras Indígenas (TIs) que se estendem por 110 milhões de hectares onde 238 povos, falantes de 180 idiomas diferentes, estão distribuídos em 677 TIs (FUNDO VALE, 2012). Além dessas áreas, existem muitas demandas por

1 O artigo “Por que a bioeconomia Amazônica é um caminho para o Brasil”, publicado pela revista Página22 em 28 jul. 2021, de autoria própria, serviu de base para o texto deste prefácio. Disponível em < <https://pagina22.com.br/2021/07/28/por-que-a-bioeconomia-amazonica-e-um-caminho-para-o-brasil/> >. Acesso: 15 de dez. de 2021.

novas demarcações que ainda não foram atendidas pelo governo federal e a luta pela regularização das TIs continua sendo de grande importância, assim como é de enorme urgência a governança territorial integrada das que já foram regularizadas.

Além do direito territorial e da importância que as florestas representam para o bem-estar e cultura desses povos e comunidades, a conservação da floresta em pé através da presença deles e o uso sustentável de seus recursos traz benefícios importantíssimos para toda a humanidade. Os povos indígenas e comunidades locais são os principais guardiões dos serviços ecossistêmicos que as florestas oferecem: biodiversidade, água e ciclos hídricos, conservação dos solos, e, especialmente, a regulação de gases que causam a mudança climática. Eles controlam aproximadamente 24% (54.546 MtC) de todo o carbono acima da terra nas florestas tropicais do mundo, uma quantia 250 vezes superior que o gás dióxido de carbono emitido por viagens aéreas no mundo em 2015 (RRI, 2016).

No caso do Brasil, o reconhecimento dos povos indígenas como provedores de serviços ambientais por manterem a floresta em pé foi fortalecido com o decreto federal nº 7.747, de junho de 2012. Foi ele que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a qual estabelece o reconhecimento dos direitos de povos indígenas em relação a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais de suas terras (BRASIL, 2012).

Apesar da visível contribuição dos povos para assegurar os serviços ecossistêmicos e mitigar a mudança climática, contribuição, inclusive, reconhecida por mecanismos legais brasileiros, esses povos têm sofrido grandes pressões e violência contra seus direitos territoriais. Devem ser notadas também a ausência significativa de financiamento direto para a garantia de seus direitos e governança territorial, e, ainda, a insuficiência de políticas públicas que reconheçam e assegurem seus direitos e que criem mecanismos que beneficiem o bem viver desses guardiões da floresta. Retornando ao exemplo da região Amazônica, os territórios indígenas detêm 33% do estoque de carbono (WALKERA, 2020) e tiveram 0.1% de perda líquida de carbono de 2003 a 2016 – a taxa mais baixa entre as áreas protegidas da Amazônia (WALKER et al., 2019) –, mas estima-se que somente 11% de todo o financiamento climático seja destinado a apoiar os povos indígenas, sendo que, desse valor, apenas a insignificante porção de 0.4% é recebida e administrada diretamente pelas organizações indígenas (FOREST TRENDS, 2013).

Diante disso, promover a conservação da Amazônia, dando apoio a milhares de povos indígenas e comunidades tradicionais da floresta, é a um tempo um desafio e uma oportunidade para o Brasil. Como força econômica proeminente

e por possuir a maior área de floresta do mundo, o país está posicionado estrategicamente para ser um líder global no desenvolvimento sustentável inclusivo e ambientalmente seguro, criando uma nova maneira de fazer negócios, o que pode e deve ser parte deste momento em que os países lentamente entram na recuperação pós-pandemia de covid-19.

Agora é hora de focar a atenção do mercado e dos consumidores em produtos que sustentem as florestas e suas comunidades, com estratégias locais que tenham impacto global, criando benefícios diretos e mensuráveis para as comunidades da floresta e um clima seguro para todos nós. É urgente a criação de políticas, mercados, infraestrutura e conexões inovadoras e, no Brasil, isso perpassa valorizar a bioeconomia da Amazônia, onde há a oportunidade de se criar cadeias de fornecimento diversas e baseadas na riqueza natural da região.

Nesse sentido, o trabalho direto com os povos, valorizando-os, promovendo seus direitos e garantindo o bem-estar deles, é crucial. O trabalho em economia indígena é essencial para uma boa governança desses territórios tão importantes para os povos e para o planeta, com a convergência e o equilíbrio entre a economia interna das comunidades indígenas, a da reciprocidade, e sua economia externa, a do mercado (HALLA, 2018²).

Esta série de quatro livros sobre as cadeias de valor do artesanato, da castanha-do-brasil, do cacau e do açaí, seus mercados e a realidade dos territórios, reúne muitos aprendizados sobre economia indígena. E essa leitura é um convite para construirmos juntos a prática real do respeito aos direitos territoriais e a sistemas de governança territorial que garantam a inclusão e os benefícios dos guardiões e guardiãs das florestas, assegurando o bem viver de suas comunidades e contribuindo para a mitigação e controle das mudanças climáticas.

Fraternalmente,

Beto Borges

Diretor da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends

2 O texto de autoria própria, publicado em 2018 pela Forest Trends no livro “Governança Territorial Indígena na América Latina” (org: Halla, M.), serviu de base para o texto deste prefácio. Disponível em: < https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/05/Livro-23alt_16largESP1.pdf >. Acesso: 15 de dez. de 2021.



APRESENTAÇÃO

"Pensamos em nosso povo. Temos medo de ficarem como brancos. Queremos que nosso povo viva bem com suas roças e que tenham autonomia. Queremos que a natureza não seja destruída. Que a floresta seja deixada inteira. Assim, muitos animais vão viver e se reproduzir. Se nosso povo deixar invasores entrarem, eles irão matar bichos em vez do povo caçar e comer. Hoje vivemos bem com os outros povos. Antes éramos rivais, como os Suruí, mas agora somos amigos. Gostaria que, no futuro, o povo conseguisse se alimentar e vender seus excedentes. Cuidando do estudo, andaremos do lado da outra cultura. Temos que cuidar do estudo. Temos que ser bilíngues. É muito bom entendermos nossa cultura e também as outras. Devemos entender, comportar e analisar o que é bom e o que é ruim nas culturas diferentes. Não queremos que o nosso povo perca a sua língua" – Professor Waratan Zoró (BARCELLOS et al., 2019).

Waratan Zoró é um dos professores do Povo Indígena Zoró que atuam como mediadores culturais nas escolas do território, a Terra Indígena Zoró, que fica entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, no Território Tupi Guaporé. É seu o depoimento que abre esta apresentação, extraído do livro didático¹ [Nós, Pangyjêj Zoró: nossa terra e as mudanças climáticas](#), e sua fala reúne e unifica de forma simples e objetiva os aspectos culturais, políticos e econômicos da governança territorial indígena: Waratan a inicia e conclui com reflexões sobre a importância da integridade cultural e da educação para a preservação da língua, reforça a importância da união entre os povos indígenas e do encontro e interação com culturas diferentes, enfatiza o estabelecimento de uma conexão direta entre segurança alimentar, manutenção da floresta em pé, proteção territorial e economia indígena. É também assim que a Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT) compreende a governança territorial e organiza sua atuação nos territórios indígenas, o que faz através da integração das dimensões cultural, política e econômica e valorizando a autonomia e a autodeterminação dos povos.

O trabalho da ICGT-FT no campo das economias indígenas do Território Mosaico Tupi, um conjunto de Terras Indígenas na porção leste do Tupi Guaporé, foi consequência de processos políticos e culturais. Esse trabalho teve início na Terra Indígena Sete de Setembro, do Povo Paiter Suruí. O fortalecimento da cadeia de valor do artesanato, por exemplo, começou por meio de apoio às mulheres Paiter Suruí e se originou de reflexões sobre questões de gênero, envolvendo grupos e organizações de mulheres. Já a cadeia do cacau, ela começou a ser estruturada como resultado de iniciativas

1 Com apoio da Forest Trends e da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), o livro foi produzido por mediadores culturais do Povo Indígena Zoró para o trabalho deles em sala de aula.

voltadas à segurança alimentar, por meio das quais houve a implantação de sistemas produtivos biodiversos, com viveiros, sistemas agroflorestais, hortas e criação de pequenos animais.

Hoje, sete anos após o início da composição de uma equipe baseada em municípios próximos ao território e com presença constante nas Terras Indígenas, o trabalho com as cadeias da sociobiodiversidade indígena cresceu para além do artesanato e do cacau, agora contemplando também as cadeias da castanha-do-brasil, do açaí e da copaíba, entre outras com potencial cada vez mais evidente. Em 2019, esse trabalho ganhou escala e passou a gerar impactos mais significativos por meio da implementação do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa, com o apoio e parceria da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), do CIAT (Centro Internacional para Agricultura Tropical) e da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA).

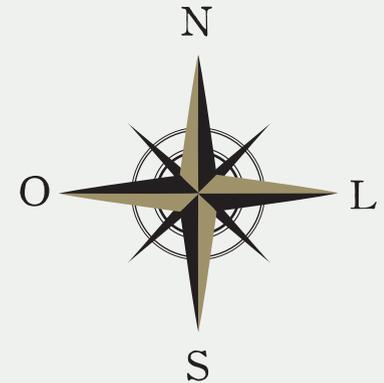
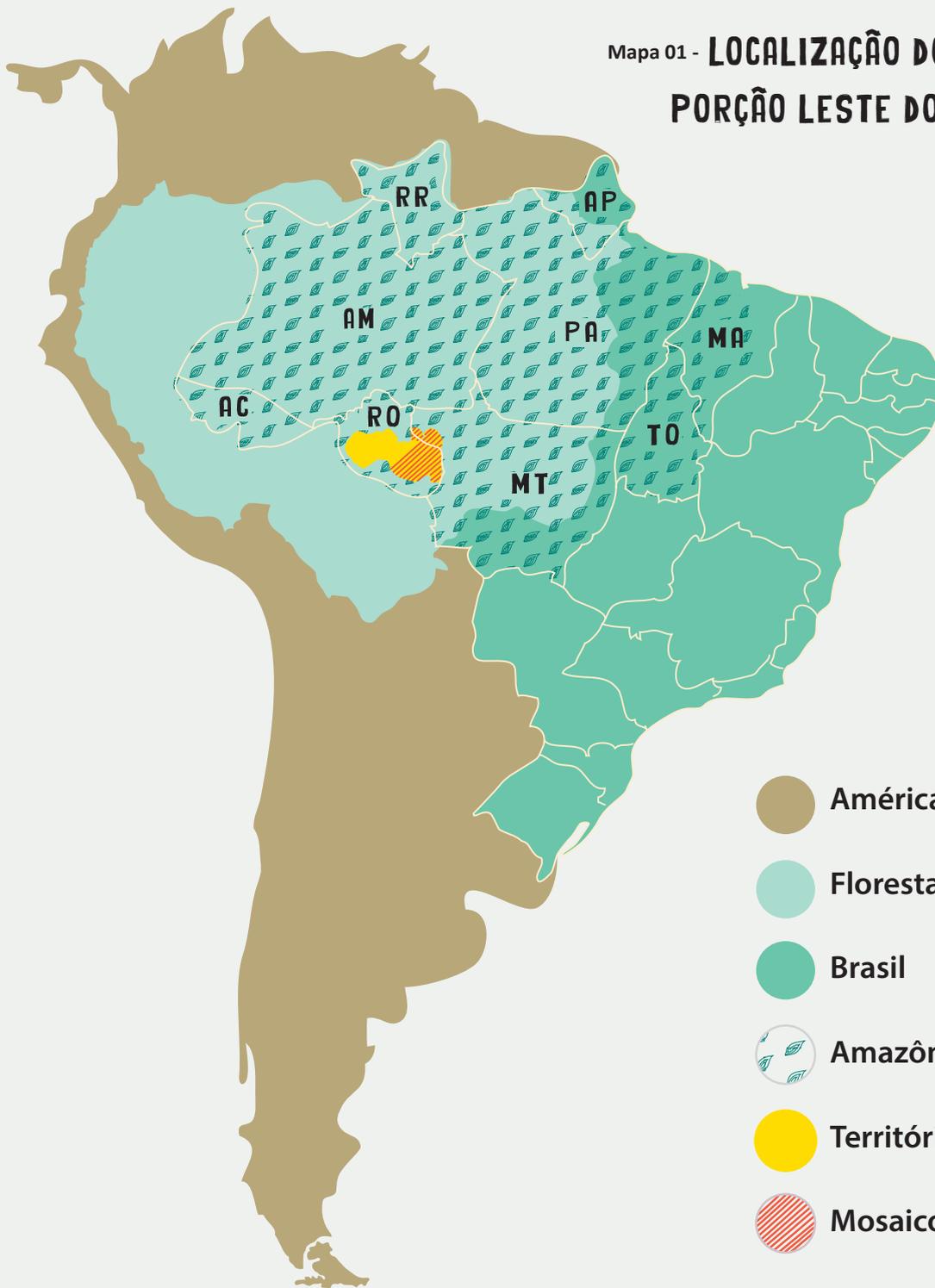
A expectativa de duração do projeto é de cinco anos, com encerramento em 2024, e, como um marco que nos situa na metade desse ciclo, temos a satisfação de lançar a série de quatro livros Dos Territórios Indígenas aos Mercados: cadeias de valor do artesanato, da castanha, do cacau e do açaí. Mais do que um marco do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa, aliás, esperamos que esses livros se apresentem como uma espécie de guia para caminhos a serem percorridos na consolidação de mais ações voltadas às economias indígenas e à valorização dos povos, compartilhando e difundindo nossos aprendizados e experiências.

Logo de início, os livros introduzem alguns conceitos essenciais sobre governança territorial indígena e economias indígenas, entendidos como premissas para as abordagens que sustentam os conteúdos abordados em cada capítulo. No Território Mosaico Tupi, as quatro cadeias estão em estágios diferentes, mas os livros estão organizados com a mesma estrutura, em duas partes: partem de um panorama geral das cadeias e dos mercados para logo após serem detalhados aspectos territoriais e lançados olhares sobre iniciativas econômicas indígenas (IEIs).

Optamos por inicialmente trazer uma visão ampla e geral, como o sobrevoo de um pássaro sobre a floresta que estamos trilhando. Assim, na primeira parte dos livros são apresentados dados, informações e aspectos das cadeias e dos mercados que indicam características, desafios e oportunidades, assuntos cujo entendimento é fundamental para que os elos se estabeleçam e se conectem.

Na segunda parte, aterrissamos no território e começamos a nos aprofundar a respeito das especificidades das iniciativas econômicas indígenas do Mosaico Tupi. Firmamos os pés no chão com uma breve apresentação do Território Tupi Guaporé, recentemente estabelecido a partir dos arranjos de governança das cadeias da sociobiodiversidade promovidos pelo Origens Brasil®. Seguimos as trilhas rumo ao Leste para, no Capítulo 03, conhecermos o Mosaico

Mapa 01 - LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MOSAICO TUPI,
PORÇÃO LESTE DO TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ.



- América do Sul
- Floresta Amazônica
- Brasil
- Amazônia Legal Brasileira
- Território Tupi Guaporé
- Mosaico Tupi

Tupi, parte do Tupi Guaporé e dos arranjos que estão em construção e onde atua a ICGT-FT: nele há 08 TIs, onde vivem 21 povos indígenas que, além de vivenciarem o mesmo contexto socioeconômico e enfrentarem os mesmos desafios, compartilham línguas, culturas, histórias e cosmovisões.

Finalmente, no Capítulo 04, adentramos as cadeias do Mosaico Tupi, destacando na paisagem aspectos notáveis de cada uma delas. Ao longo dos livros, trazemos também alguns casos de iniciativas do Mosaico Tupi e de outros territórios como referências para clarear os caminhos. É assim, com os pés firmes no chão do território, bem guiados e situados, que propusemos percursos de reconhecimento dos detalhes do trabalho dos povos indígenas com os produtos da floresta, seus aspectos históricos e culturais.

Esse é um caminho que se caminha junto e que se abre ao caminhar. Como organização de apoio a iniciativas econômicas indígenas comprometida com processos participativos e colaborativos no dia a dia do nosso trabalho, o que inclui sempre agregar e trazer novos parceiros, escrevemos esses livros de forma também colaborativa. Os textos trazem traços próprios de cada autor e esperamos que a diversidade e multiplicidade de estilos, formatos e narrativas sejam lidas com a mesma abertura, interesse e fascínio que sentimos ao observar, contemplar e tentar compreender a complexidade e a beleza da floresta, com suas inúmeras interações, estratos, ciclos e sistemas.

Por fim, é importante dizer que algumas das trilhas estão abertas, como os percursos das cadeias e o acesso aos mercados. Outras ainda devem ser mapeadas, traçadas e cuidadosamente exploradas. Sabemos onde se iniciam: dentro da floresta, dos castanhais, açazais, tucumanzais, das centenas de hectares de sistemas agroflorestais compostos por variedades de cacau e outras, por entre as dezenas de espécies que fornecem alimento e oportunidades de renda aos povos, como as matérias primas para o artesanato indígena. Essa série de quatro livros busca torná-las todas mais visíveis e seguras, é um guia para se ter em mãos: queremos agregar conhecimento e promover interações positivas ao equilíbrio das economias indígenas para que sejam abertos mais caminhos dos territórios indígenas aos mercados e para que os fluxos sejam mantidos com base em valores compartilhados.

Boa leitura!

Marcio Halla

Coordenador do Projeto Nossa Floresta Nossa Casa e da área de economia indígena da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends

Figura 01 –
Chocolate especial e
artesanal produzido
pelo povo Paiter Suruí
durante oficinas
com a empresa
De Mendes chocolates.
Foto: Tatiana Tintino.





CONCEITOS BÁSICOS SOBRE A GOVERNANÇA TERRITORIAL INDÍGENA E AS ECONOMIAS INDÍGENAS

Sistemas agloflorestais (SAFs)

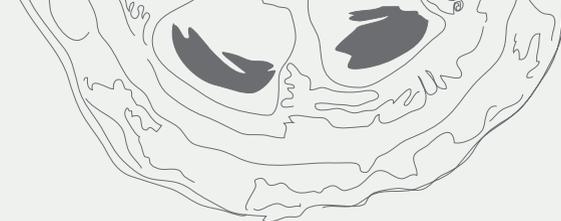
Segundo a Maneje Bem, assistência técnica agrícola para pequenos produtores, SAFs podem ser definidos da seguinte forma:

Sistemas agroflorestais ou SAFs recuperam ambientes com sistemas produtivos baseados na sucessão ecológica, semelhantes a ecossistemas naturais, onde árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas de acordo com um planejamento do espaço e tempo dos cultivos escolhidos, com alta diversidade de espécies e variadas interações entre elas. São realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados constantemente e em diversas “alturas”/estratos. Otimizam o uso da terra, a preservação ambiental e a produção de alimentos, conservando o solo (MANEJE BEM, c2022).

Áreas consorciadas

Segundo a AGEITEC (Agência Embrapa de Informação Tecnológica), áreas consorciadas, que podem ser uma estratégia para implementação de SAFs, são:

Áreas consorciadas são caracterizadas pela maximização de espaço através do cultivo simultâneo, em um mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, seus hábitos de crescimento e sua fisiologia. As plantas podem ser semeadas ou plantadas ao mesmo tempo ou terem época de implantação levemente defasada, mas compartilham dos mesmos recursos ambientais durante grande parte de seus ciclos de vida, fato que leva à forte interatividade entre as espécies consorciadas e entre elas e o ambiente (AGEITEC, c2022).



Governança Territorial Indígena

Conjunto de sistemas, instâncias e acordos para a organização e gestão coletiva dos territórios indígenas e seus recursos. É baseado na cultura e cosmovisão dos povos indígenas e na garantia do bem viver e de direitos na interação deles com instâncias de governo das sociedades não indígenas.

Bem viver

Visão ancestral de vida e dos modos de ser, viver e fazer dos povos indígenas, baseados na convivência harmônica entre as comunidades e com a natureza. Cada povo indígena tem seu entendimento sobre o bem viver, expresso por nomes próprios em suas respectivas línguas. No caso do Povo Kichwa de Pastaza, por exemplo, o bem viver é compreendido como “SUMAK KAWSAY” e o conceito se sustenta em quatro princípios básicos que são aplicados a seus planos de vida: estão relacionados ao território de abundância e de todas as vidas; à vida comunitária das famílias e comunidades, em permanente interação com o habitat; à produção comunitária mediante práticas de reciprocidade e solidariedade e à gestão e prática cotidiana dos conhecimentos e saberes ancestrais coletivos (informação verbal) ¹.

1 Fala de Alfredo Vitery Gualinga, líder do Povo Kichwa de Pastaza do Equador, na III Oficina de Economia Indígena realizada pela Forest Trends em Altamira (PA) – Brasil, em 10 de agosto de 2017.

Planos de Vida

Instrumento de Governança Territorial Indígena baseado na visão ancestral de permanência e continuidade da cultura, da vida em comunidade e da vivência no território e que expressa a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas na gestão de seus bens comuns. Um Plano de Vida pode estar baseado na oralidade e nos modos tradicionais de transmissão do conhecimento, mas, em função das interações dos povos com as sociedades não indígenas, eles têm sido redigidos e passaram a contemplar alguns componentes técnicos. De qualquer modo, devem ser entendidos como diferentes de um plano de manejo de uma Unidade de Conservação ou um plano de desenvolvimento de uma comunidade não indígena. No caso do Brasil, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI - [Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012](#)) estabelece os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) como instrumentos de gestão reconhecidos pelo Estado Brasileiro, aproximando-se de alguma maneira dos Planos de Vida com relação aos processos de construção.

Terras Indígenas

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 231, define terras indígenas da seguinte forma:

[as terras] por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Além disso, elas são também um direito: os direitos territoriais dos povos indígenas, assim como de outras comunidades locais, são reconhecidos por importantes marcos legais e outros instrumentos, como a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas, de 2008, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 2011, que estabeleceu que os povos indígenas devem ser respeitados por se distinguirem em condições sociais, econômicas, políticas e culturais diferenciadas, por possuírem costumes e tradições próprias e por descenderem de populações que já habitavam a região antes do estabelecimento das presentes fronteiras de Estados-nação.

Bens comuns

Bens, recursos, sistemas, serviços naturais, culturais, econômicos ou de conhecimento cuja criação, uso, restauração e proteção com base em visões de longo prazo requerem ação coletiva (informação verbal) ². Tais recursos podem ser materiais, como a terra, os recursos naturais e a biodiversidade, ou imateriais, como o conhecimento, a cultura e os saberes. A ação coletiva sempre depende de normas e acordos construídos de forma coletiva e consensual.

Duas esferas das economias indígenas

A primeira esfera é a economia do bem viver e da reciprocidade: ela está relacionada às práticas tradicionais, às dinâmicas de trocas, à produção de forma coletiva, aos sistemas de segurança alimentar e independe de relações monetárias ou financeiras. A segunda é a de mercado, ou seja, as relações comerciais com a sociedade não indígena. Quando a economia da reciprocidade se relaciona com a economia de mercado, alguns atritos e tensões frequentemente se estabelecem, como na decisão entre produzir para a subsistência ou para o mercado, a tensão entre jovens e anciãos e a tensão em relação à distribuição de benefícios de aproveitamento de bens coletivos.

Governança Econômica Territorial indígena

A Governança Econômica Territorial é um conjunto de sistemas, instâncias e acordos para a organização e gestão coletiva dos territórios indígenas e seus recursos que depende de como os povos indígenas discutem, analisam e tomam decisões sobre os rumos da economia. Para que a economia dos povos e territórios indígenas seja articulada com o mercado da forma mais benéfica e equitativa possível, é necessário um conjunto de condições, processos, sistemas, acordos e protocolos que devem fazer parte de seus planos de vida e de suas estratégias de gestão dos bens comuns.

2 Fala da Prof. Leticia Merino na II Oficina de Economia Indígena realizada pela Forest Trends em Tena – Equador, em 07 de setembro de 2016.

Iniciativas Econômicas Indígenas

As iniciativas econômicas indígenas são iniciativas produtivas comunitárias que valorizam a cultura, o bem viver e os saberes locais com o propósito de inserção dos produtos indígenas nos mercados. Geridas coletivamente, desde os núcleos familiares às esferas das aldeias e territórios, com formalização jurídica ou não, as iniciativas econômicas indígenas envolvem tomadas de decisões sobre os caminhos da produção que visam à valorização da floresta em pé, à conservação dos recursos naturais e à justiça social. Sejam grupos informais indígenas, associações ou cooperativas, todas compartilham o princípio da coletividade, mas são formas de organização social distintas. As cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, com foco na negociação de produtos ou serviços de seus associados com os mercados, enquanto as associações têm por objetivo promover educação, saúde, assistência social e cultural, representação política, filantropia, defesa de interesses etc., com a ressalva que os estatutos dessas organizações podem prever possibilidades de comercialização, desde que como atividade meio e não atividade final. O grupo informal, por sua vez, não constitui uma figura jurídica: é um conjunto de pessoas que decidiram se unir voluntariamente e que, eventualmente, podem vir a formar cooperativas ou associações no futuro.



Produtos da Sociobiodiversidade

Bens e serviços (produtos, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade e voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Devem promover a manutenção e a valorização de suas práticas e saberes e assegurar os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria da qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

O fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade é fundamental para possibilitar a integração da conservação e do uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. Com a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais nesses processos, é possível a agregação de valor socioambiental a essas cadeias produtivas e a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas (BRASIL, 2009).

Cadeias de valor

Uma cadeia produtiva da sociobiodiversidade é um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios (BRASIL, 2009).

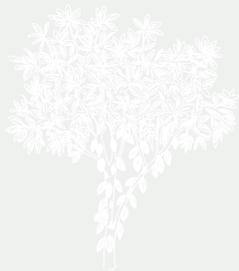
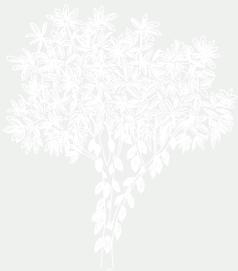
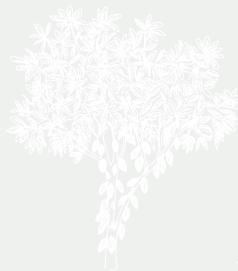
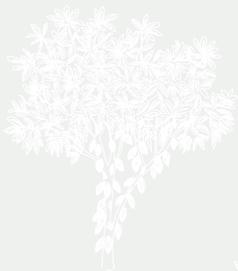
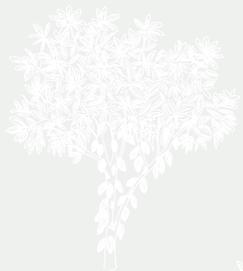
O conceito de cadeia de valor considera a agregação de valores não monetários ao longo das etapas de produção, ou seja, a valorização dos modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local, permitindo a manutenção, para além da mera sobrevivência, dos grupos sociais envolvidos e de suas relações com o meio ambiente físico e cultural (SIMONI, 2010³, p.35 apud ALMEIDA, ALVES et al., 2012).

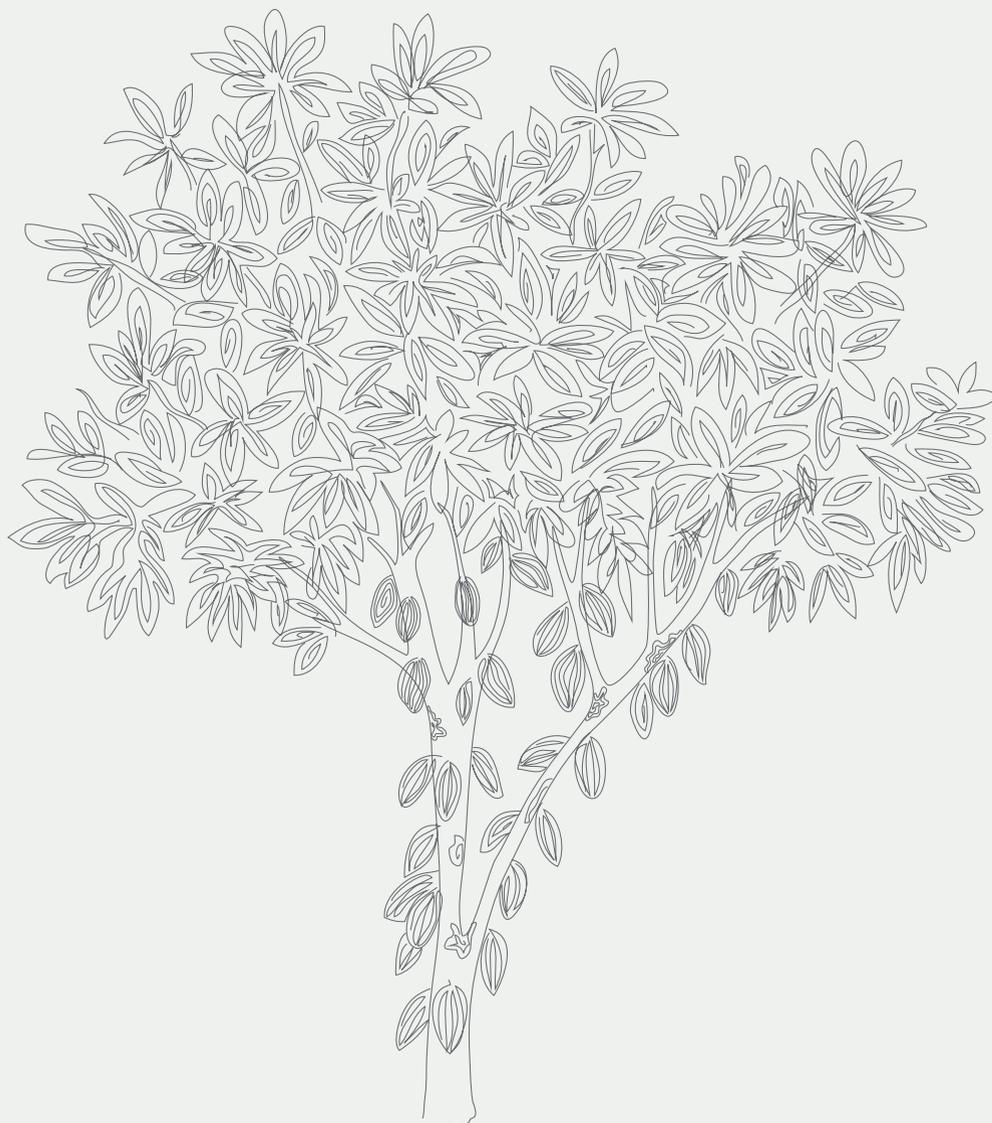
3 SIMONI, Jane. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. in IPEA, Economia Solidária e Políticas Públicas. Boletim Mercado de Trabalho no. 42. Brasília: 2010

Parcerias comerciais diferenciadas

São parcerias em que empresas e organizações comerciais que atuam nas cadeias de valor estabelecem estratégias de parceria com iniciativas econômicas indígenas para operarem em mercados onde os produtos indígenas e suas histórias são valorizados. Do ponto de vista das iniciativas econômicas indígenas, são diferenciadas as parcerias com agentes de mercado que compartilham de valores e princípios condicionais para o estabelecimento de relações duradouras, ou seja, com a construção de acordos e o entendimento mútuo sobre as particularidades e requisitos necessários para a demanda, bem como sobre características e condições específicas para a oferta dos produtos da sociobiodiversidade.







PARTE I

A CADEIA

CAPÍTULO 1



A CADEIA DO CACAU: DO COMMODITY AO ESPECIAL



O cacauero é originário de regiões de floresta pluviais da América Tropical, encontrado em estado silvestre do Peru ao México, e a sua classificação botânica¹, *Theobroma cacao*, significa “manjar dos deuses”. Ao se espalhar pelas Américas, populações diferentes foram formadas e o cacau ganhou variedades adaptadas a cada região e com diferentes características de sabor e textura para seus frutos. Dentre os diferentes grupos existentes, o *Forastero* é considerado o verdadeiro cacau brasileiro, com frutos ovóides de superfície lisa, imperceptivelmente sulcada ou enrugada. O interior de suas sementes é violeta escuro ou, algumas vezes, quase preto.

Em todas as suas variações, o cacauero cultivado pode atingir de 05 a 08 metros de altura e de 04 a 06 metros de diâmetro de copa. Em consequência dos fatores ambientais que influenciam o crescimento, porém, essas dimensões podem ser ultrapassadas: em condição de extrativismo, quando o cacauero cresce em meio à floresta, ele pode alcançar até 20 metros de altura devido à competição por luz com outras espécies.

1 O cacauero pertence à família das *Malvaceae*, gênero *Thebroma*, e é classificado como *Theobroma cacao*.



Figura 01 – Cacaueiro jovem e fruto.

Foto: Tatiana Tintino.





A frutificação começa a partir do terceiro ano de vida e o período entre polinização e amadurecimento do fruto é de 167 dias em média. O índice de frutos, ou seja, o número de frutos necessários para obter 01 kg de cacau comercial, é em geral de 15 a 31. Importante notar que, em todas as regiões produtoras, a floração é desencadeada por uma sequência de período úmido seguido por um período seco. Assim, a depender do regime de chuvas da região e da disponibilidade ou não de irrigação, essa característica influencia a época de produção dos frutos e o volume de safra de cacau por ano (BRASIL, 2020).

O cacau é principalmente conhecido por ser matéria prima para a fabricação de chocolate, mas seu uso vai muito além da fabricação desse produto tão apreciado. A sua manteiga e o seu óleo são utilizados também na indústria cosmética e farmacêutica e a casca do fruto pode ser usada para produção de adubo orgânico ou como alimento na criação de animais. Há ainda a polpa branca que envolve as sementes: ela é usada na fabricação de sucos, iogurtes, geleias, mousses, pudins, sorvetes, destilados e fermentados finos, como vinho e vinagre. A demanda global pelo cacau está dividida entre dois mercados principais: o mercado de cacau commodity², o mais comum dentro do mercado mundial de cacau, e o mercado de cacau especial, um produto diferenciado pela melhor qualidade das amêndoas e por advir de uma cadeia de valor mais justa em suas relações e com a natureza.

2 Mercadoria em estado bruto ou produto básico de grande importância no comércio internacional, ao qual a produção em larga escala é dirigida, com preço controlado por bolsas internacionais. Outros exemplos de commodity são café, cereais e algodão.

Quadro 01 – **UMA BREVE HISTÓRIA DO CACAU**

Os botânicos acreditam que o cacau é originário das cabeceiras do rio Amazonas, de onde expandiu em duas direções principais. Isso levou à formação de dois grupos importantes, o Criollo e o Forastero.

O Criollo se espalhou em direção ao Norte, para o rio Orinoco, adentrando a América Central e o sul do México. Produz frutos grandes, com superfície enrugada, e suas sementes, também grandes, têm o interior branco ou violeta pálido. Foi o tipo de cacau cultivado pelos Astecas e Maias. O Forastero, por sua vez, alastrou-se pela bacia amazônica, rio abaixo, e em direção às Guianas. Além desses dois grupos, existe ainda o Trinitário, que surgiu no Caribe durante o século XVIII a partir do cruzamento entre o Criollo e o Forastero. Com sementes cujas cores variam desde o amarelo-pálido até o roxo-escuro, o Trinitário é considerado um cacau de boa qualidade.

Fora as adaptações naturais, cruzamentos realizados por humanos desde o século XVII também contribuíram para que hoje existam muitas variações desse gênero em várias localidades do mundo, como na África, onde foi introduzido no século XIX através das ilhas de São Tomé e Príncipe, e na Ásia, onde o cacau foi introduzido por Indonésia e Malásia na década de 1970. (LEITE, 2018). O cultivo sistemático no Brasil, por sua vez, começou em 1679 na então capitania do Grão-Pará, quando uma Carta Régia autorizou os colonizadores a plantarem cacau em suas terras.



Figura 02 – Frutos de cacau e amêndoas fermentadas para produção de chocolate. **Foto:** Tatiana Tintino.

A PRODUÇÃO DE CACAU

Independentemente de qual produto virá do fruto ou das amêndoas, assim como de qual mercado esse produto irá atender, a história da cadeia de valor do cacau sempre começa dentro da floresta, onde ocorre o extrativismo, ou nas áreas de produção, onde ele é cultivado.

EXTRATIVISMO

Por ser uma planta nativa da Amazônia e de ampla utilização pelos povos originários e comunidades tradicionais, o cacau silvestre é encontrado em diversos lugares sob a floresta e a coleta de seus frutos é realizada por extrativistas locais. Muitas dessas plantas são originárias da dispersão natural da espécie e tantas outras são legado de cultivos realizados pelos antigos habitantes dessas localidades. A grande maioria desses cacagueiros não possui identificação botânica de variedade, mas é possível perceber que as condições ambientais dos locais onde são encontrados influenciam nas características apresentadas por seus frutos e suas amêndoas.

Para a coleta, os extrativistas identificam onde há concentração desses cacagueiros nativos e realizam expedições para buscar seus frutos durante o período de maturação ideal. Essa prática de coleta de frutos de cacau silvestre com destinação à comercialização ainda é incipiente no Brasil, mas apresenta oportunidades diferenciadas de valorização da atividade extrativista, principalmente na Amazônia, onde já existem algumas iniciativas pontuais em curso.

CULTIVO

No Brasil, o cultivo de cacau ocorre principalmente nos estados do Pará e da Bahia, mas também tem alguma representatividade em Espírito Santo, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso. O cacau pode ser cultivado de diferentes formas, a depender das orientações técnicas recebidas pelos produtores. Os principais fatores que afetam a produção são a densidade de plantio, a genética das plantas, a luminosidade para fotossíntese, a nutrição mineral e o manejo do cultivo.

Na Bahia, muitos produtores utilizam o sistema Cacau-Cabruca, em que os produtores cultivam os pés de cacau no sub-bosque, conservando o dossel da floresta para proporcionar sombreamento para as plantas cultivadas. No Pará, por outro lado, o sistema de produção se baseia principalmente na substituição da vegetação nativa por cacagueiros plantados em linha e o plantio é consorciado com diversas espécies florestais e frutíferas para que forneçam sombra à cultura e para que, ao longo dos anos, essa mesma área possibilite renda complementar aos produtores.



Figura 03 – Cultivo de cacau consorciado com outras espécies. **Foto:** Tatiana Tintino.

COLHEITA E COLETA

Dentro de um mesmo período de safra, a colheita dos frutos cultivados ou a coleta dos frutos do extrativismo são realizadas em diferentes dias porque os frutos do cacau atingem seu ponto ideal de maturação em tempos diferentes. Essa seleção dos frutos no ponto ideal de maturação tem influência direta sobre a qualidade das amêndoas devido à variação das taxas de açúcares (MAPA, 2020). Depois da colheita – ou da coleta –, os frutos são amontoados para a quebra. Esse amontoamento, também chamado de “bandeiramento”, é realizado em um prazo máximo de dois dias para que os frutos colhidos e amontoados não percam seu ponto ideal de maturação.

Os frutos colhidos são quebrados na própria área de cultivo, enquanto os frutos coletados são transportados inteiros após o bandeiramento para serem quebrados próximo às residências dos extrativistas. Para a quebra dos frutos, os produtores e extrativistas utilizam um cutelo – facão sem amolação – para poder cortar a casca do cacau em duas partes sem ferir as sementes. Em seguida, separam a massa do cacau, nome dado ao conjunto formado pelas sementes e pela polpa que as envolve, e a reservam em baldes de plástico ou em caixas de madeira revestidas com plástico limpo.



Figura 04 – Coleta de cacau. Foto: César de Mendes.



Figura 05 – Amêndoas de cacau no cocho de fermentação.

Foto: César de Mendes.



BENEFICIAMENTO PRIMÁRIO

Após ser separada, a massa do cacau é transportada para os cochos de fermentação, que são feitos de madeira de lei para evitar que a amêndoa do cacau receba odores externos. A fermentação é a fase mais importante no processo de beneficiamento primário do cacau por ser quando ocorre a morte da semente e o início da formação do sabor e do aroma das amêndoas, levando a um cacau de melhor qualidade. Vale notar que, em geral, empresas fabricantes de chocolate estão sempre na busca de diversidade de sabor e isso tem sido cada vez mais valorizado. Para atendê-las, produtores experimentam diferentes técnicas de fermentação a fim de criar novos perfis e intensidades de sabor, na maioria das vezes em cooperação com empresas chocolateiras e instituições que prestam assistência técnica.

Entretanto, é importante frisar que a maior parte dos produtores ainda não realiza a etapa de fermentação. Nesses casos, os frutos são quebrados e a massa enviada diretamente para o processo de secagem, resultando em amêndoas secas de baixa qualidade. A não realização da fermentação das amêndoas reflete a não diferenciação do preço pago ao produtores pelos agentes intermediários de comercialização das grandes processadoras, que compram amêndoas na maioria das regiões produtoras de cacau do país. Essa não diferenciação de preço é resultado de uma lógica de mercado em que o cacau é caracterizado como commodity agrícola e tem demanda por volumes de produção em larga escala.

Após a fermentação – quando é realizada – ou após a separação da massa do fruto – quando a fermentação não é realizada –, é feita a secagem das amêndoas de cacau. A secagem tem por objetivo reduzir o teor de umidade das amêndoas para em torno de 8% (MAPA, 2020). Ela é realizada através da exposição das amêndoas ao sol³ por um período variável de dias, a depender das condições climáticas locais. Esse processo tem por característica a secagem natural das amêndoas e os produtores costumam utilizar lonas plásticas ou secadores solares do tipo barcaça⁴. Há também o processo de secagem artificial: em urn ambiente controlado, os produtores utilizam fontes de calor forçado, movidas por queima de madeira ou de combustíveis fosseis, a fim de atingir as temperaturas necessárias para diminuir o tempo de secagem das amêndoas.

Após atingirem o nível de umidade que lhes confere o status de amêndoas secas, elas são armazenadas em sacas e ficam prontas para comercialização. Apesar de haver variações conforme as estruturas disponíveis e o volume de produção, o período de armazenamento normalmente é curto para evitar que a produção seja perdida por intempéries climáticas que podem comprometer a qualidade do produto.

3 Para evitar contato com a umidade, devem ser recolhidas durante a noite e em períodos de chuva.

4 Terreiros para secagem de grãos com estrutura de madeira suspensa e com telhado móvel para proteção da chuva.

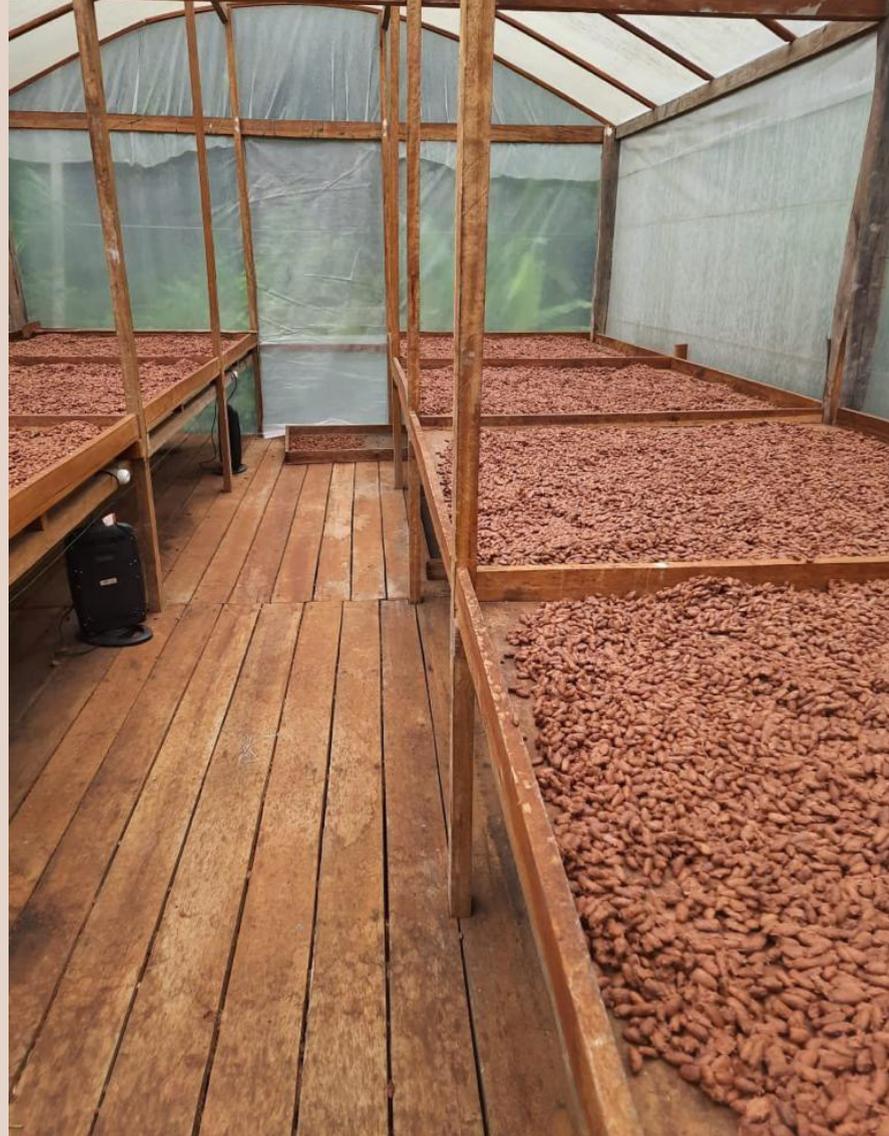


Figura 06 – Amêndoas de cacau no processo de secagem.

Foto: César de Mendes.





CACAU COMMODITY COMERCIALIZAÇÃO

Quando a comercialização das amêndoas de cacau segue a lógica do mercado de commodities, ela manifesta características bem distintas de quando as vendas são feitas dentro da cadeia dos demais tipos de cacau, como o especial. A diferença está no conjunto de mecanismos que visam à sua produção e comércio em massa, o que não apenas influencia toda a cadeia de valor como também a própria qualidade do produto.

O mercado do cacau commodity oferece principalmente cacau a granel – também conhecido como *bulk* – que é produzido em grandes volumes e com qualidade padronizada para atender às necessidades das grandes processadoras que fornecem insumos às indústrias de transformação. Ele ocupa mais de 90% do mercado mundial de cacau e a maior fatia é utilizada pela indústria do chocolate convencional e seus derivados (CBI, 2020).

O comércio dentro da lógica do mercado de cacau commodity fica centrado nos agentes intermediários de comercialização, popularmente conhecidos como atravessadores. Eles estão dispersos geograficamente dentro de importantes zonas produtoras e conectam a produção das áreas de cultivo a empresas processadoras multinacionais como a Cargill, Barry Callebaut e Olam – juntas, elas representam 95% do total de recebimento de cacau produzido no Brasil.

Conforme o nível de organização, os agentes intermediários de comercialização ocupam diferentes posições na cadeia. Os primários são os principais responsáveis pela compra e busca da produção nas propriedades produtoras localizadas em zonas rurais ou nas sedes municipais do interior dos estados. Por realizarem a compra diretamente com os produtores e em proximidade aos locais de origem da produção, esses agentes primários pagam um preço mais baixo do que os praticados em postos de recebimento das processadoras, com a justificativa de que há ainda os custos de deslocamento e frete até o local em que farão a venda da produção adquirida.

Os agentes secundários são receptores do cacau adquirido pelos agentes primários e possuem relação comercial direta com empresas processadoras multinacionais. Na maioria dos casos, são os responsáveis pela emissão dos documentos fiscais da produção. Eles ficam em municípios estratégicos para a organização regional da produção, em locais que costumam ser de fácil escoamento logístico para que recebam o cacau trazido de áreas distantes dos postos de recebimento das processadoras pelos agentes primários, centralizando a produção, e para que facilmente possam entregá-lo nos postos de recebimento das empresas.

É importante destacar que a ampla atuação de agentes intermediários de comercialização está relacionada à falta de uma política de apoio à comercialização, o que tem gerado entraves à cacauicultura brasileira – principalmente na região norte do país – por esse ser um cenário em que há redução da renda dos produtores. Da mesma maneira, o fato de os agentes intermediários de comercialização em geral não valorizarem a produção que apresenta melhor qualidade, obtida com o beneficiamento primário, tem sido um fator limitante à adesão às boas práticas de produção por mais produtores de cacau.

PROCESSAMENTO

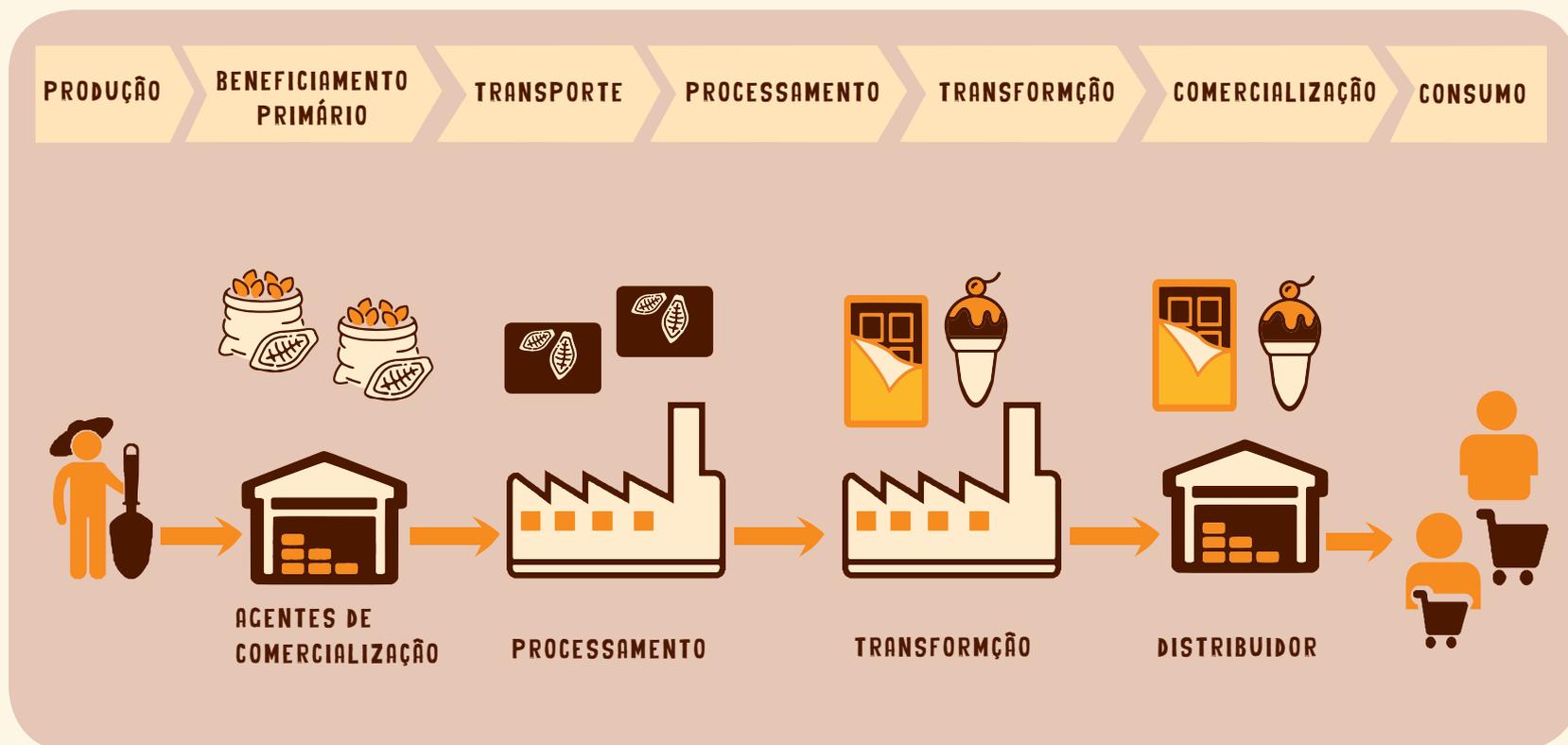
Dentro dos postos de recebimento de amêndoas por empresas processadoras multinacionais, ocorre a padronização da carga por meio de processos de homogeneização dos níveis de umidade, triagem e classificação das amêndoas compradas dos agentes intermediários de comercialização. Quando essas etapas são concluídas, o cacau é enviado para as unidades processadoras dessas empresas – também chamadas de moageiras –, que estão localizadas principalmente nos estados da Bahia, Espírito Santo e São Paulo. Nelas, as amêndoas secas são beneficiadas para atender às demandas e parâmetros das indústrias de transformação e o primeiro processo por qual as amêndoas passam é o de limpeza, torrefação e descasque, depois do qual passam a ser chamadas de *nibs*.

Os *nibs* então são moídos e dão origem à pasta de cacau, também chamada de massa ou de licor de cacau: após chegarem às processadoras, a pasta é o primeiro produto obtido a partir do processamento de amêndoas voltado à comercialização em larga escala. Ela é bastante utilizada por indústrias de transformação que, além do chocolate, também têm como finalidade a produção de diferentes produtos à base de cacau. Assim, a pasta pode ser comercializada diretamente para indústrias de transformação ou seguir para o segundo estágio de beneficiamento dentro das usinas processadoras, quando, ao ser prensada sob alta pressão, ela dá origem a dois produtos: à manteiga de cacau e ao cacau em pó.

A manteiga atrai o interesse de fabricantes de chocolate e de outros produtos à base de cacau que, por questões de custos para beneficiamento e logística, preferem adquirir os insumos em estágios mais avançados de beneficiamento. Nesse estágio do processamento, o cacau em pó é tido como um subproduto da obtenção da manteiga, mas não pode ser considerado menos nobre: ele é um importante insumo para a fabricação de determinados tipos de chocolate e, principalmente, para fabricação de produtos com chocolate em suas formulações, como achocolatados, sorvetes, biscoitos e preparos para confeitaria.

Dessa maneira, seja como pasta, manteiga ou pó, o cacau chega às indústrias de transformação – no Brasil ou no Exterior –, compondo diferentes produtos que seguirão para os distribuidores e varejistas antes de chegarem ao consumidor final.

Figura 07 – **A CADEIA DO CACAU COMMODITY**



Fonte: esquema elaborado pelo autor.



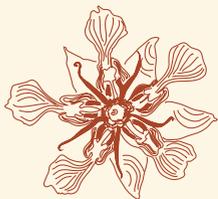
NOVOS CAMINHOS: O CACAU ESPECIAL



Figura 08 – Produção de cacau dentro da Terra Indígena Sete de Setembro. **Foto:** Tatiana Tintino.

Para ser reconhecido como especial, o cacau deve possuir aspectos de boa genética, boas técnicas de colheita e pós-colheita e passar por um beneficiamento primário que lhe confira melhor qualidade. Também estão diretamente ligados ao cacau especial o pagamento de prêmios com base na qualidade das amêndoas e o contato próximo entre os produtores e os compradores de cacau. No que diz respeito a questões ambientais e sociais, o cacau especial possui características diferenciadas nos elos de sua cadeia de valor, como a rastreabilidade dos produtores e da produção, as certificações orgânicas e de comércio justo e o reconhecimento da origem dessa produção e de suas particularidades, assim como a valorização de seus produtores e coletores.

Dentro dessa categoria de cacau especial, há também uma outra que diferencia as amêndoas de cacau de sabor e aromas específicos, atributos cada vez mais valorizados pelo consumidor: o cacau de sabor fino ou, simplesmente, cacau fino. Ele pode ser definido como um cacau cujas amêndoas frescas apresentam aroma de constituição com notas de frutas, flores, madeira, caramelo originadas pelas variedades da espécie *Theobroma cacao*. Também podem ser definidos como cacau fino aqueles cujos aromas e sabores diferenciados, sejam eles delicados ou pronunciados, são obtidos a partir de processos específicos de fermentação, secagem e torrefação (SANTOS, 2009).



Quadro 02 -

O CACAU FINO SEGUNDO O *CHOCOLATIER* CÉSAR DE MENDES

O cacau fino é resultante de um conjunto de procedimentos realizados na etapa de pré-processo do cacau. Esse pré-processo, ou feitura do cacau fino, começa na colheita, passa pela seleção e quebra dos frutos e é seguido por fermentação e secagem das amêndoas – protocolos que, dependendo da maneira com que são realizados, constituem os processos para se obter o cacau fino. Ao contrário do que a indústria propõe, uma homogeneização em que tudo é commodity e tende a apenas um padrão, os aspectos únicos do cacau fino geram uma tendência a uma peculiar diversidade.

O cacau tem estreita relação com a geografia do local onde é cultivado ou de onde é extraído: disponibilidade de água, incidência de luz e características do solo e da vegetação do entorno dos cacauzeiros. A união dessas quatro propriedades gera ainda um quinto fator, que é fundamental: a microbiota, ou seja, a complexidade de microrganismos no ambiente como um todo. Por exemplo, uma Terra Indígena no Acre certamente terá microrganismos que não existem em uma Terra Indígena em Rondônia e vice-versa. A grande importância disso está no fato de que esses microrganismos interferem na fisiologia da planta, podendo gerar compostos que levam ao desenvolvimento de notas especiais no cacau, proporcionando sabor e aroma únicos ao produto final: o chocolate. Em suma, a complexa interação do ambiente com o cacauzeiro gera uma matéria prima preciosa.

Além da interação com o meio, há também o manejo. O cacau depende da cultura, da forma de lidar, do material que é usado, do ambiente, dos processos... Em suma, o toque das pessoas pode também imprimir características no sabor e no aroma do produto final. Assim, pode-se definir esses processos como uma “tecnologia social”: eles têm relação direta com as pessoas, com o território, com a forma com que vivem, com suas culturas. Os treinamentos realizados e as experiências em campo são vias para receber também influência dessas comunidades, desses povos, interferindo no modo de ensinar, de aprender e de chegar a um produto final. Resumindo: o cacau fino é uma tecnologia social em que o chocolatier interage com a comunidade, absorve as influências, desde o plantio e manejo até a colheita e seleção dos frutos, e esse conjunto de ações proporciona uma identidade única ao sabor do produto final.

Quando o cacau especial é comercializado para grandes processadoras de cacau e *players* da indústria de chocolate, os agentes de comercialização envolvidos lidam com menores volumes de amêndoa do que os normalmente praticados na cadeia de cacau commodity. Por outro lado, são amêndoas mais valiosas devido à boa qualidade de aroma e sabor e por apresentarem certificações como as de produtos orgânicos e de comércio justo. Os volumes de cacau especial direcionados nesses arranjos são utilizados em produtos de chocolate de alta qualidade chamados de premium ou, quando os volumes comercializados são de amêndoas de cacau fino, de chocolates finos.

Características inerentes à cadeia de valor do cacau especial têm sido cada vez mais valorizadas, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade e ao mercado ético. A importância desses princípios é crescente nos mercados europeu e norte-americano do cacau, tanto para os consumidores, cada vez mais conscientes do impacto que suas decisões de compra podem ter sobre toda a cadeia, quanto para os *players* da indústria, como as processadoras de cacau e os fabricantes de chocolate (CBI, 2020). Isso cria oportunidades de consolidação para o cacau especial uma vez que esse nicho de mercado possui muitos aspectos que são característicos de uma cadeia de valor do cacau sustentável.



Figura 09 – Processo de separação das cascas para obtenção dos *nibs* e resultado.
Foto: Tatiana Tintino.



As melhores oportunidades para produtores e extrativistas que trabalham com o cacau especial estão na comercialização direta com *chocolatiers* e suas empresas de chocolate artesanal, que seguem na contramão da lógica do cacau commodity e da indústria do chocolate. Esse tipo de relação diferenciada, também chamada de *bean to bar*⁵, tem possibilitado parcerias comerciais que valorizam suas atividades, seus territórios e o chocolate produzido. Essa categoria de produto, além de estar em sintonia com demandas por práticas de maior responsabilidade socioambiental nas cadeias de suprimentos, também é impulsionada por uma tendência de consumo que preza por produtos feitos de forma artesanal e atenta à qualidade dos insumos utilizados (ICCO, 2020).

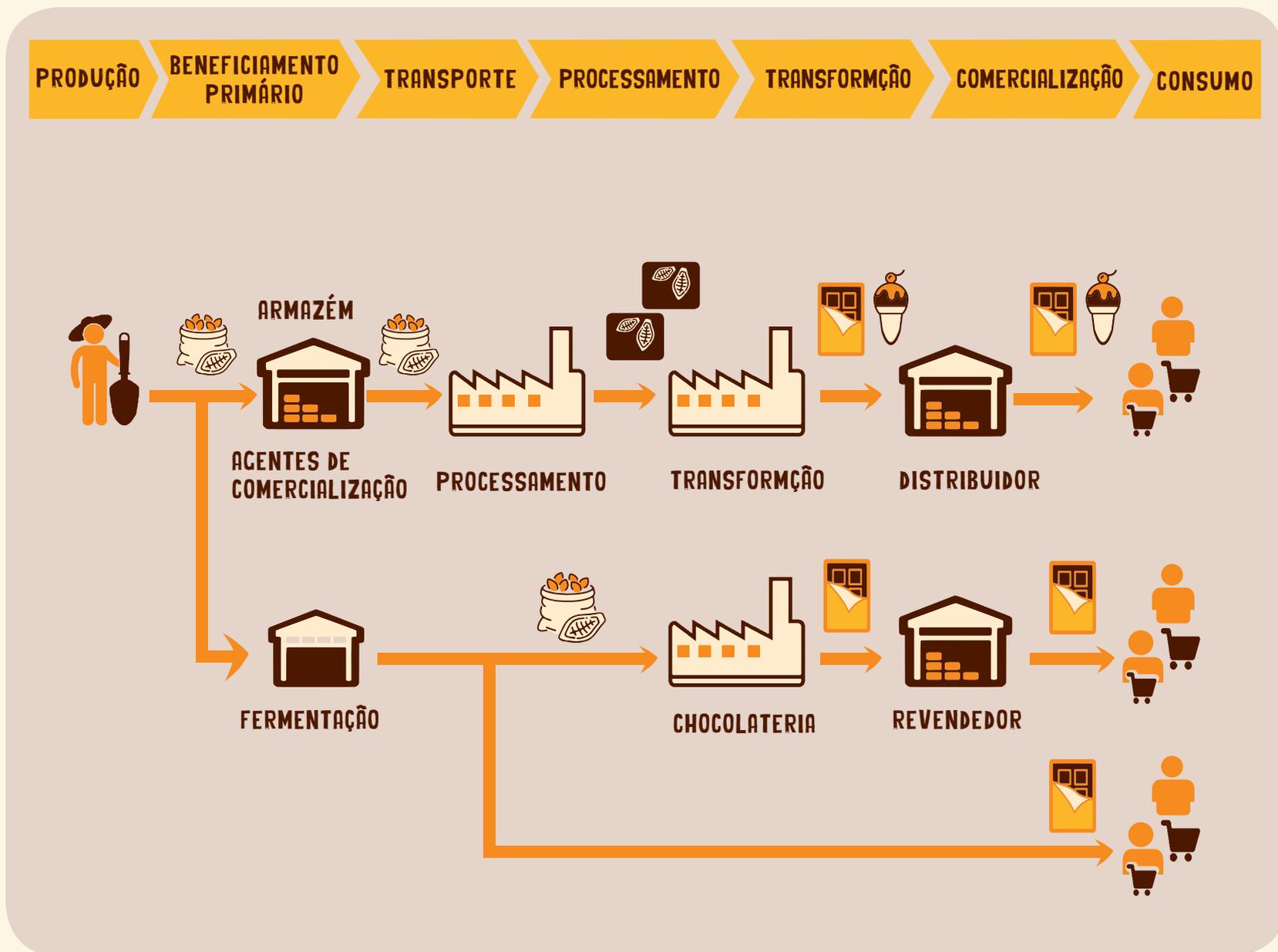
Do ponto de vista das empresas chocolateiras, desenvolver uma relação direta com seus fornecedores de amêndoa, reconhecendo os locais de produção de cacau e as pessoas envolvidas em todas as etapas até a fabricação do chocolate, é uma estratégia de produção que permite maior controle da cadeia de suprimentos, aprimorando o controle de cada etapa do processo de produção, desde a colheita e a coleta das amêndoas de cacau até a produção de barras de chocolate. Isso também beneficia produtores e extrativistas uma vez que, a partir de uma construção conjunta pela busca da melhoria de seus produtos, suas atividades são ainda mais valorizadas.



A relação direta entre esses fabricantes e os produtores de cacau permite maior confiança, respeito e transparência entre as partes envolvidas, possibilitando o estabelecimento de relações duradouras. E por se tratar de uma negociação direta, sem intermediações, ela possibilita a adoção de preços justos para esse cacau de maior qualidade. Assim, possibilidades de agregação de valor às amêndoas de cacau e aos chocolates produzidos com elas têm evidenciado que o mercados de cacau e chocolate especiais e de cacau e chocolate finos têm viabilizado melhorias não só na qualidade dos produtos, mas também na vida de todos os envolvidos em suas cadeias de valor.

5 O conceito de “*bean to bar*” (da amêndoa à barra) está se tornando cada vez mais comum nos mercados europeu e norte americano e é utilizado quando as empresas chocolateiras estabelecem relações diretas com seus fornecedores de amêndoas de cacau e adotam sistemas de rastreabilidade.

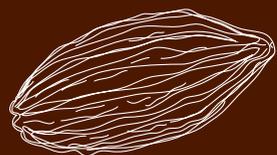
Figura 10 – A CADEIA DO CACAU ESPECIAL



Fonte: esquema elaborado pelo autor.

O MERCADO

CAPÍTULO 2



O MERCADO DO CACAU: DO COMMODITY AO ESPECIAL

A PRODUÇÃO DE CACAU NO BRASIL E NO MUNDO



Figura 01 – Processo de torra das amêndoas de cacau. **Foto:** Tatiana Tintino.



A cacauicultura apresenta grande relevância para a economia brasileira e para os estados que a desenvolvem. Em meados de 1980, o Brasil chegou a ocupar o segundo lugar no ranking de países produtores de amêndoa de cacau (FAOSTAT, 2022a), mas em seguida enfrentou graves problemas de redução na produtividade nas lavouras devido à doença vassoura-de-bruxa¹. Desde então, o governo vem buscando meios e implementando políticas públicas para consolidar a relevância dessa cultura no setor agropecuário nacional.

¹ A vassoura-de-bruxa é uma doença causada por um fungo que ataca diversas plantas, ocasionando queda acentuada na produção. Ela age principalmente em seus frutos, brotos e almofadas florais, provocando o desenvolvimento anormal, seguido de morte das partes infectadas.

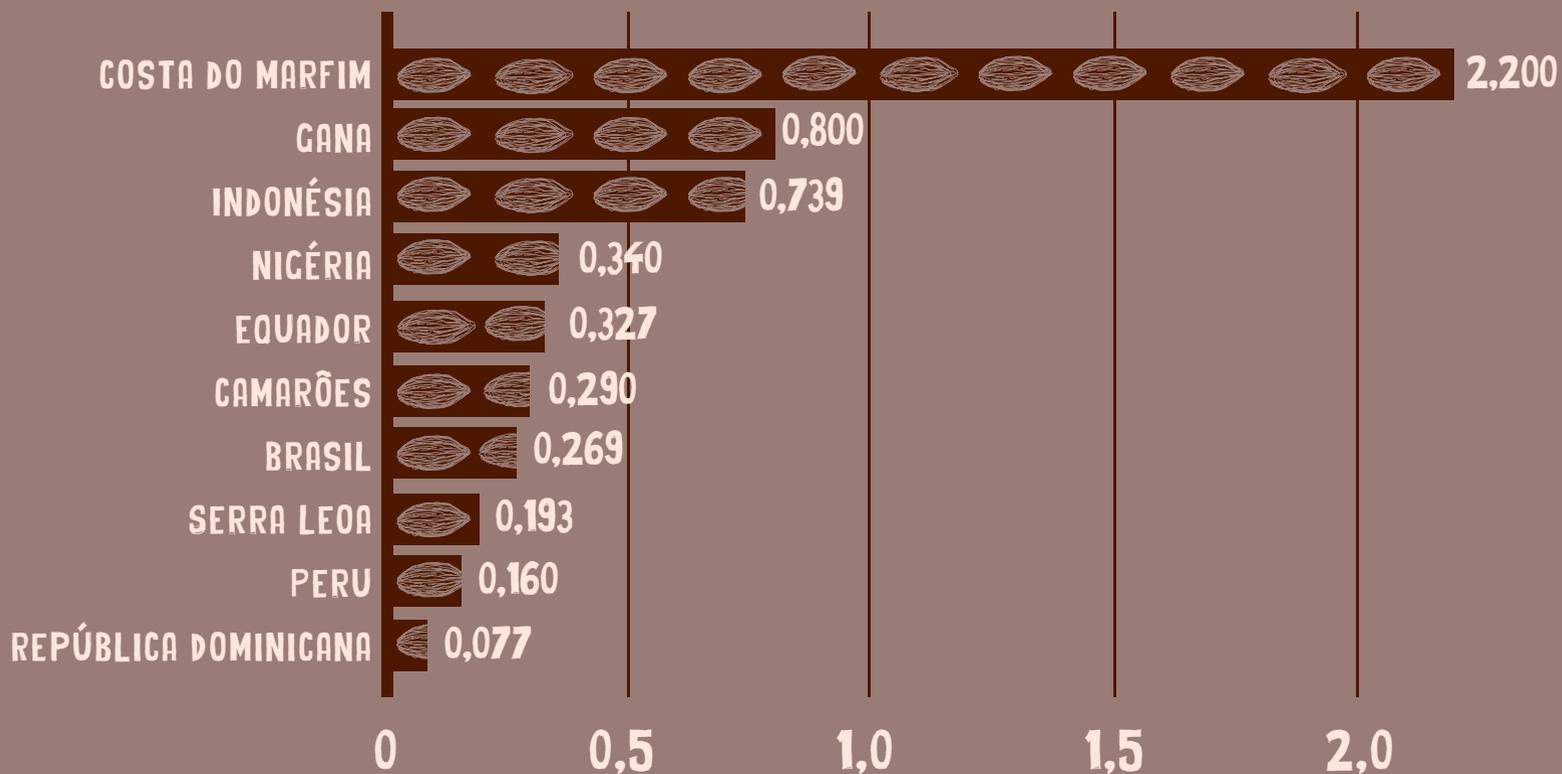
Assim, das 450 mil toneladas produzidas em seu auge, no ano de 1985, passando pelas 190 mil toneladas de média de produção anual na década de 2000 e até chegar nas 250 mil toneladas de média anual na última década (FAOSTAT, 2022b), a produção de amêndoas de cacau e a produtividade das áreas cultivadas no Brasil vêm gradualmente sendo ampliadas após a grande redução de volumes que ocorreu na década de 1980. Em paralelo, o Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA)² do cacau também vem aumentando frente à crescente demanda mundial por suas amêndoas: entre 2019 e 2020, enquanto a produção cresceu cerca de 7% em volume, o VBPA das lavouras aumentou o seu valor em aproximadamente 25% (IBGE, 2021). Em outras palavras, se antes um produtor ganhava R\$100,00 por uma tonelada de amêndoas, com esse aumento ele passou a receber R\$125,00.

A respeito da posição do Brasil no cenário internacional de países produtores de cacau, dados de 2020 o posicionam em sétimo lugar no ranking de maiores produtores, com aproximadamente 270 mil toneladas de amêndoas. No acumulado de 2010 a 2019, a produção brasileira, que ocupou o sexto lugar, representou 5% da produção mundial enquanto a produção de Costa do Marfim, primeiro lugar, correspondeu a cerca de 35% da produção de todo o mundo (FAOSTAT, 2022b).

Sobre o comércio internacional da produção brasileira de amêndoas, o Brasil não é um grande exportador: as amêndoas que são exportadas em seu formato primário são as de cacau especial e de cacau fino, vendas feitas para atender contratos específicos que utilizam as amêndoas secas brasileiras em produtos diferenciados da indústria de chocolate. É importante ressaltar que, em termos de produção brasileira de cacau, segundo dados da Conab e do IBGE, estima-se que 10% da produção nacional se enquadra como cacau especial e cacau fino e que aproximadamente 4,5% do volume total produzido tem origem no extrativismo desse fruto (CONAB, 2021). Para o cacau especial e cacau fino, os maiores volumes são produzidos na Bahia e para o cacau obtido através de extrativismo, nos estados da Amazônia, principalmente no Amazonas.

2 O VBPA mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. Ele é calculado com base nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país e na produção da safra e da pecuária dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil.

OS 10 MAIORES PRODUTORES DE CACAU NO MUNDO EM 2020



MILHÕES DE TONELADAS

Gráfico 01 – Em 2020, o Brasil ocupou a sétima posição entre os maiores produtores de cacau no mundo. Nesse ano, a produção mundial foi estimada em aproximadamente 5,7 milhões de toneladas de amêndoas de cacau. **Fonte:** FAOSTAT, 2022.



OS 10 MAIORES PRODUTORES DE CACAU NO ACUMULADO ENTRE 2010 E 2020

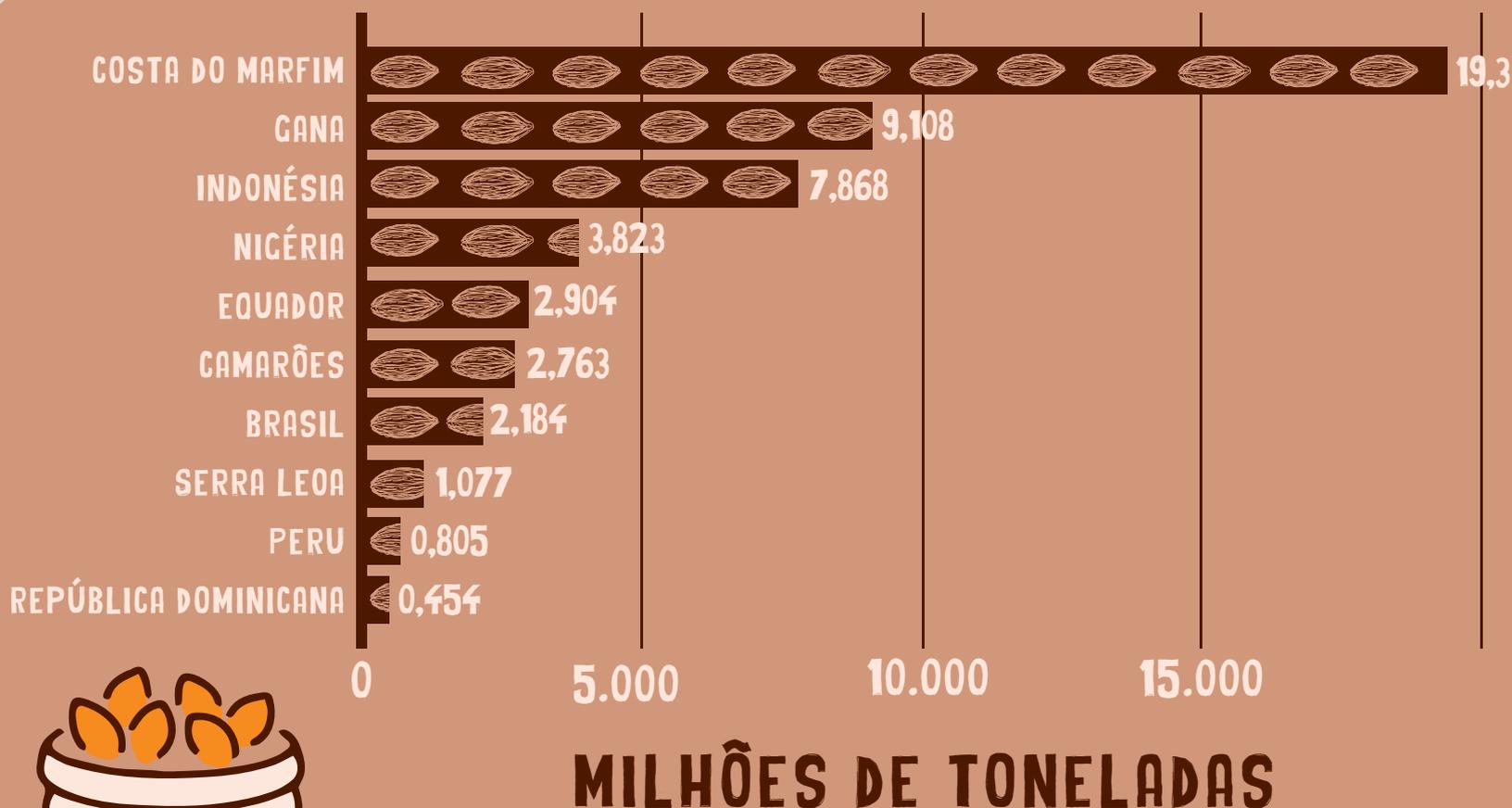


Gráfico 02 – No acumulado de 2010 a 2020, o Brasil ocupou a sexta posição entre os maiores produtores de cacau no mundo, com participação próxima a 5% do total produzido mundialmente.
Fonte: FAOSTAT, 2022

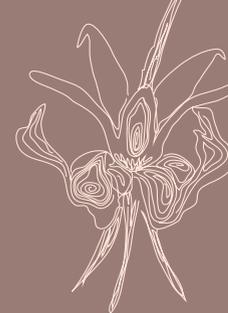
Mesmo sendo um dos maiores produtores de amêndoa do mundo e de possuir capacidade industrial para beneficiá-las, a posição brasileira enquanto produtor de amêndoas e exportador de insumos obtidos a partir do processamento delas, desde pasta, manteiga e pó de cacau até o próprio chocolate, ainda está abaixo do potencial do país. A conjuntura atual, porém, apresenta boas oportunidades para o mercado brasileiro, especialmente ao cacau especial, e para os produtos obtidos a partir de seu beneficiamento.



O MERCADO DO CACAU COMMODITY PARA CHOCOLATE

Por se tratar de uma commodity que apresenta ciclos de demanda sazonal e cuja maior parte da produção global está concentrada em alguns poucos países, o mercado mundial de cacau possui alto grau de volatilidade. A título de exemplo, entre 2005 e 2020 a tonelada do cacau negociado nos principais mercados mundiais de commodity variou de US\$ 1.500,00 a aproximadamente US\$ 3.500,00, tendo seu pico de valorização no ano de 2016 e sendo operado hoje com valor aproximado de US\$ 2.500,00 (ICCO, 2021).

Apesar de ele ser negociado como commodity nas mais importantes bolsas de valor do mundo e, portanto, ter seu preço controlado por elas, há variações nos valores praticados junto a produtores, processadores e exportadores. Dentre outros motivos, isso acontece devido aos custos logísticos envolvidos na operação. Esse é o caso de países produtores que possuem grande capacidade logística e industrial para processamento das amêndoas, onde o preço praticado costuma ser maior do que nos países produtores que não possuem essa infraestrutura. Como exemplo disso, evidenciamos que o valor médio da tonelada de amêndoas de cacau exportada pelo Brasil em 2020 girou em torno de U\$ 3.870,00 enquanto em Camarões, país produtor de menor capacidade logística e industrial, esse valor ficou próximo a U\$ 2.430,00 (TRADEMAP, 2022a).



O MERCADO PARA PRODUÇÃO DE CHOCOLATE

Os principais importadores de cacau e exportadores de produtos obtidos do processamento das amêndoas e de chocolate e seus preparados são Europa e Estados Unidos. Ambos são também onde estão as sedes da maioria das grandes empresas com atuação mundial nos mercados de processamento de amêndoas e chocolate, tais qual Mars, Ferrero e Mondelez. O comércio dos produtos é bastante intenso dentro dos respectivos blocos econômicos, como a União Europeia e o USMCA³, e entre matrizes e filiais dessas empresas, que em sua grande maioria possuem filiais em diferentes países desses blocos.

Ainda sobre os grandes importadores de cacau, é importante notar que, além de processarem as amêndoas e comercializarem os produtos obtidos a partir desse beneficiamento, alguns países atuam também como entreposto da produção, como Bélgica e Holanda: eles a recebem em seus portos e fazem a distribuição para outros países do continente europeu. O mesmo ocorre com a pasta de cacau, a manteiga e o cacau em pó: Holanda, Alemanha, França e Estados Unidos são exemplos de países que importam esses insumos e, além de os processarem para produção interna de chocolate, também fazem a exportação para outros países produzirem os seus.

A maior parte da produção mundial de cacau ainda é processada em regiões não produtoras que são tradicionais fabricantes de chocolate, mas existe, por outro lado, uma tendência crescente do beneficiamento

3 USMCA é o tratado de livre comércio entre Estados Unidos (US), México (M) e Canadá (CA).



ocorrer no país onde a produção é originada, percentual que já alcançou quase metade do cacau produzido no mundo (LEITE, 2018). Isso demonstra que exportações voltadas a atender processadoras de outros países tende a ser cada vez menos frequente. Esse movimento está correlacionado à existência de parques industriais bem desenvolvidos para o processamento interno da produção de amêndoas, justamente o caso do Brasil.

A indústria brasileira exporta parte dos produtos obtidos a partir do beneficiamento de amêndoas, mas hoje está principalmente voltada a abastecer o mercado interno, que possui demanda crescente por esses insumos e é em sua maior parte representada pela indústria do chocolate. Por outro lado, para o Brasil seguir exportando produtos derivados do cacau e para atender o consumo interno, mesmo o país detendo todos os insumos necessários da cadeia produtiva do chocolate, ele precisa importar amêndoas secas. Essa contradição é agravada ao se levar em conta a capacidade atual de processamento de cacau no Brasil: cerca de 20% a mais do que sua produção recente (LEITE, 2018), o que evidencia o potencial de crescimento da produção brasileira de cacau para imediata absorção pela indústria de processamento do cacau commodity.

Ademais, para atender parte da ociosidade das indústrias processadoras, o Brasil importa produtos derivados de cacau processado apesar de possuir a infraestrutura necessária para produzi-los. Esse volume de importação tem crescido nos últimos anos enquanto as exportações apresentam queda, conjuntura que pode ser explicada por, ao mesmo tempo, haver um aquecimento na indústria nacional de chocolate, com consequente aumento na demanda por esses insumos, e por países produtores de amêndoas que antes não faziam esse processamento agora o estarem fazendo, aumentando a competitividade nos mercados internacionais e reduzindo as exportações brasileiras.

O MERCADO DO CHOCOLATE

A indústria de chocolate é a maior consumidora global de cacau e seus derivados e o crescimento da demanda por esses insumos é tão grande que, caso a tendência se mantenha, todo o cacau produzido no mundo não será suficiente para atender esse mercado: as taxas de processamento global do cacau commodity têm aumentado a uma taxa anual ligeiramente superior à produção primária – 2,2 % ao ano e 1,6% ao ano, respectivamente (LEITE, 2018) –, demonstrando que há cada vez menos estoques de amêndoas.

A média global desse grande consumo de chocolate está estimada em 900 gramas anuais por pessoa. Em 2020, a Alemanha foi o país que mais consumiu chocolate no mundo: em média, cada alemão consumiu 11,1 kg do produto. Estados Unidos, considerado grande consumidor de chocolate, apresenta consumo anual per capita de aproximadamente 05 kg, a mesma média de consumo estimada para a Europa como um todo (CBI, 2021). No Brasil, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (Abicab), o consumo anual per capita de chocolate foi estimado em 2,6 kg (GLOBO RURAL, 2020). Outros países emergentes, como China e Índia, tampouco apresentam grande consumo per capita de chocolate, apesar de virem demonstrando aumento e serem considerados grandes mercados em potencial.

Essa grande variação de consumo per capita de chocolate entre países está diretamente relacionada à situação econômica de suas populações – permitindo ou não o consumo de itens como o chocolate no orçamento familiar – e a fatores culturais arraigados, como o costume de se consumir doces caseiros locais, o que aumenta a competição pelo mercado. A mesma análise sobre o porquê de haver grandes diferenças no consumo de chocolate entre países



se aplica também às regiões brasileiras, onde o consumo de chocolate tende a ser diretamente proporcional à concentração de renda de suas populações.

A indústria brasileira de chocolate é bastante diversificada e conta com centenas de fábricas instaladas, principalmente no Sul e Sudeste. A maioria das grandes empresas globais atua no Brasil através de plantas industriais próprias ou de associações com empresas brasileiras, formando um mercado dominado por poucas empresas (oligopólio), semelhante ao que acontece no restante do mundo. Esses grandes atores da indústria mundial veem a sua consolidação no Brasil como estratégica por ele ser grande produtor de cacau, leite em pó e açúcar, as principais matérias-primas utilizadas na produção de chocolate.

Os brasileiros, além de consumir o produto nacional, consomem bastante chocolate e derivados de marcas estrangeiras e uma das razões é a facilidade de entrada dos produtos de empresas que atuam no país por meio de *joint ventures*. Vale ressaltar que, apesar do potencial brasileiro enquanto produtor de cacau e da capacidade de seu parque industrial para beneficiamento de amêndoas em diversos produtos, países como Argentina e Estados Unidos compram insumos brasileiros para a produção de chocolate e exportam para o Brasil grandes volumes do produto acabado. Os produtos argentinos e estadunidenses têm grande aceitação no mercado brasileiro pelas diferentes formulações e apresentações de chocolates da linha de produtos com preços considerados acessíveis. Já os chocolates oriundos da União Europeia e, particularmente, da Suíça têm maior entrada no mercado brasileiro na fatia de chocolates *premium* e fino, mais caros.





Figura 01 - Barra de chocolate artesanal do povo Paiter Suruí.
Foto - Tatiana Tintino.

CACAU E CHOCOLATES ESPECIAIS

Conforme apresentado no primeiro capítulo, o cacau especial e os chocolates produzidos a partir de suas amêndoas têm conquistado cada vez mais reconhecimento no mercado mundial por diferenciações de qualidade e pelas práticas socioambientais na cadeia de valor dos produtos. Além de associado a maiores rendimentos às partes interessadas, esse crescimento é também fruto de movimentos globais para maior visibilidade da cadeia e motivado por tendências de consumo que demonstram a preferência do consumidor por produtos de maior responsabilidade socioambiental, o que tem impulsionado as grandes processadoras e as indústrias de chocolate a direcionarem esforços para garantir a sustentabilidade ambiental e social de suas cadeias.

Ademais, frente às preocupações do consumidor sobre o impacto de suas decisões de compra, as certificações sociais e ambientais são cada vez mais vistas como um requisito de entrada nesse mercado. Empresas também têm buscado associá-las aos seus produtos por possibilitarem a diferenciação de valor nas linhas de chocolate *premium*. Por outro lado, é aceito que fabricantes de chocolates especiais e finos, principalmente no formato *bean to bar*, não tenham requisitos de certificação específicos ou até mesmo rejeitem a certificação por completo. Isso ocorre porque suas operações naturalmente abordam elementos de sustentabilidade e muitas vezes vão além do que qualquer esquema de certificação pode oferecer.

À medida que cresce a busca por produtos de chocolate de alta qualidade, os clientes também estão cada vez mais interessados em sua origem. Isso se deve principalmente à atenção dada às áreas de produção, bem como à história de produtores, comunidades e territórios. Os chocolates com indicação geográfica⁴ e os chocolates com origem única⁵ estão atraindo fortes vendas e alta satisfação dos consumidores, tendências que devem ficar cada vez mais bem consolidadas no mercado mundial de chocolates especiais. Nesse sentido, empresas de chocolate artesanal com produtos *bean to bar* de alta qualidade buscam relações com produtores de amêndoas que possam lhes oferecer as garantias e os volumes necessários para que tenham seus chocolates enquadrados como produtos com indicação geográfica e como de origem única.

Na Europa, essa crescente demanda pode ser encontrada em países consumidores tradicionais, como Bélgica, Alemanha e Suíça, onde as principais empresas de chocolate estão investindo cada vez mais em linhas *premium*, tornando esses chocolates acessíveis a todos os tipos de consumidores europeus. Embora ainda não haja dados oficiais que representem o tamanho desse mercado, os chocolates especiais – independentemente de integrarem grandes esquemas de certificação – representam aproximadamente 10% do mercado mundial de cacau e de chocolate (CBI, 2021). Em relação ao mercado de cacau e chocolate finos, estimativas apontam que essa categoria representa 6% do volume total de cacau produzido no mundo e dados europeus indicam que 7,4% de todo o cacau comprado pela Europa se enquadra como cacau fino (CBI, 2020).

4 Indicação Geográfica é um selo utilizado em produtos ou serviços específicos que designam qualidades ou características que se devem exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

5 Chocolate de Origem Única (single origin chocolate) é um selo atribuído a chocolates que são produzidos com amêndoas de cacau que vêm de uma única localidade ou região.



DIFERENCIAIS DO CACAU E CHOCOLATES ESPECIAIS

Com o aumento do número de empresas chocolateiras na lógica de relação *bean to bar*, os produtores de cacau especial e fino têm observado grande variação nos valores finais da comercialização de sua produção de amêndoas: a depender dos acordos fechados entre produtores de amêndoas e empresas chocolateiras, o valor pago pela produção varia bastante. Isso ocorre pela valorização que cada empresa dá ao produtor, mas também pela dificuldade de se estabelecer padrões e de serem realizadas as análises organolépticas necessárias.

Em algumas localidades que estão se consolidando como produtoras de cacau especial e de cacau fino, como no sul da Bahia, o pagamento de prêmios tem sido feito em função de regras simples, baseadas em testes laboratoriais que parametrizam características do cacau, potenciais defeitos, valores mínimos de pH e porcentagens de amêndoas totalmente fermentadas. A depender do resultado das análises, as empresas chocolateiras acrescentam ao preço do produto um percentual que o coloca acima do valor de mercado, oferecendo um aumento diretamente proporcional à qualidade das amêndoas. Esse dimensionamento de prêmios em função de parâmetros de qualidade da produção tem estimulado muitos produtores a aprimorar os seus produtos e a oferecer maior consistência em suas produções.

Outro parâmetro também utilizado por esses produtores para negociar os valores da produção de cacau especial e de cacau fino com empresas chocolateiras e agentes de empresas exportadoras tem sido os valores de cacau de alto padrão adotados por lugares que fornecem amêndoas de qualidade para Estados Unidos e Europa há mais tempo. Equador, Venezuela, Peru, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, República Dominicana, Madagascar, Tanzânia, Indonésia e Índia, dentre outros, negociam seus melhores lotes de cacau com valores entre duas e quatro vezes o preço de mercado do cacau commodity, sempre calculado em dólar. Assim, dentro de uma média de mercado, um quilo de cacau especial e de cacau fino pode variar entre US\$04,50 e US\$09,00 (MERCADO DO CACAU, 2021).



No caso da produção extrativista, por se tratar de produção localizada e com nicho de mercado ainda mais específico e diferenciado, a precificação toma como base os preços praticados no mercado de cacau especial, mas a negociação está mais relacionada com a organização das comunidades produtoras em conseguir evidenciar a origem e qualidade da produção, bem como em conseguir manter oferta de volume e frequência de fornecimento para viabilizar a valorização de seu produto junto ao elo demandante. Assim, a depender da valorização dada ao trabalho dos extrativistas pelo comprador, bem como da qualidade do produto e da capacidade de negociação de quem vende a produção, os valores pagos pelas amêndoas de cacau silvestre variam caso a caso.

A relação entre comunidades e elos demandantes é fundamental na obtenção de melhores preços, justificados por se tratar de um produto diferenciado e com forte apelo por sua sustentabilidade (CONAB, 2021). O conceito de sustentabilidade traz em sua essência a natureza das relações, que devem ser compreendidas na convergência das perspectivas próprias de cada parte e na busca por valores comuns entre elas. Aqui abordamos relações entre produtores e coletores de cacau e agentes de mercados, que na diversidade de perspectivas encontram cada vez mais soluções compartilhadas e convergentes.

Quando uma parceria comercial diferenciada é estabelecida entre esses atores e agentes, ela objetiva relações de médio e longo prazo, o que permite com que os diferentes elos da cadeia compartilhem suas buscas e atinjam suas metas. Para os mercados, a vantagem de arranjos com parcerias comerciais diferenciadas está na possibilidade de proporcionarem segurança no estabelecimento de relações mais duradouras e com garantia de rastreabilidade, frequência e volume na oferta de produção, bem como a certeza de sua qualidade.

Para os produtores e coletores de cacau, esse tipo de parceria permite que ele tenha um melhor planejamento dos rendimentos do trabalho uma vez que não precisam se submeter à grande flutuação de valores aplicada por atravessadores direcionados pelos mercados convencionais. Através de arranjos de comercialização de produtos da sociobiodiversidade com parcerias comerciais diferenciadas, é possível também que seja viabilizado capital de giro para as associações e cooperativas financiarem a operação produtiva, assim como valores justos com produtores e coletores.



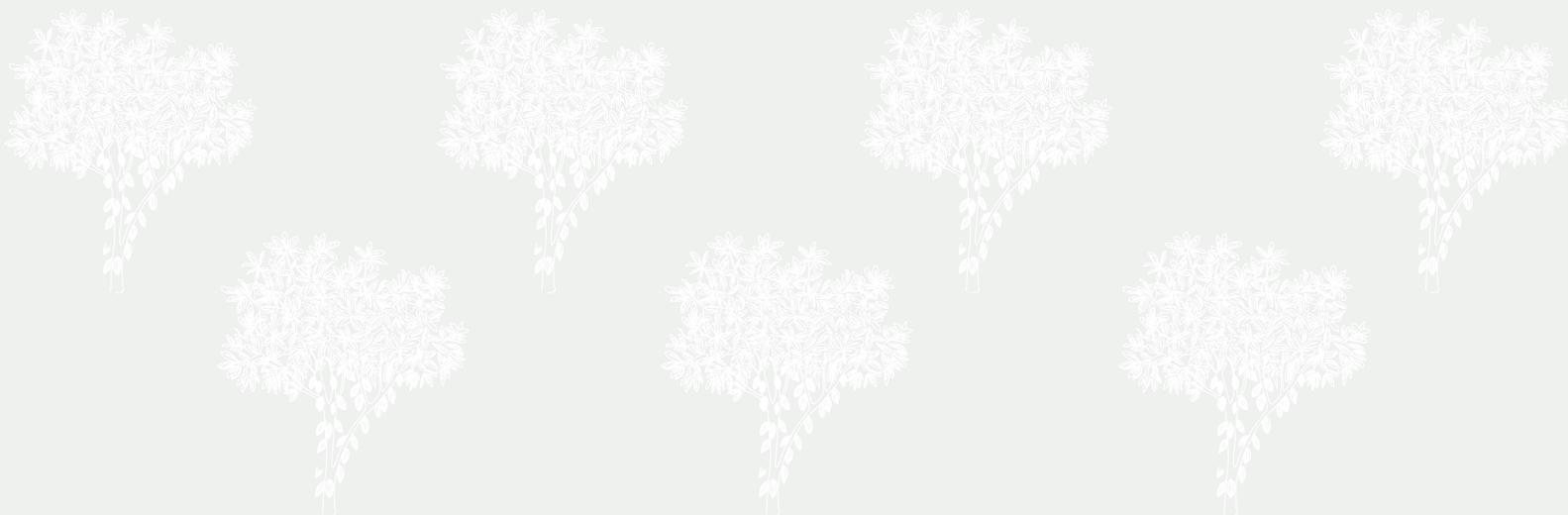
Figura 03 – Produção de cacau do cacauicultor Roberto Suruí. **Foto:** Liliana Suruí.

Dessa forma, as necessidades econômicas são mais bem contempladas do que em arranjos como o do cacau commodity, o que estimula a organização social e comercial dos povos e das comunidades tradicionais da Amazônia. Por consequência, esses arranjos viabilizam a permanência deles em seus territórios, valorizando recursos naturais e as práticas de produção e coleta: com alternativas para resistirem à pressão que atividades predatórias exercem sobre as áreas florestadas e as populações que nela vivem, povos e comunidades atuam como os maiores agentes da conservação da água, terra e floresta. Aliando ao produto as histórias por trás da produção, dos produtores e de seus territórios, a empresa consegue articular o acesso a mercados diferenciados da Europa e Estados Unidos, garantindo maior retorno econômico aos produtores e coletores.

Quadro 03 – O CACAU DA FLORESTA

A demanda de produtividade do cacau silvestre está em pleno crescimento para atender a mercados diferenciados compostos por empresas chocolateiras de renome nacional e por marcas de chocolates finos e de chocolates especiais não apenas do Brasil, mas também da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. Essa demanda é por frutos e amêndoas de cacau silvestre de qualidade com características diferenciadas de sabor e aroma que surgem de acordo com as especificidades do local de ocorrência e da forma de beneficiamento das amêndoas. Assim, sendo necessário reconhecer se as variedades de cacau silvestre existentes na Amazônia brasileira atendem a esses critérios.

Um outro fator diferencial para esses mercados são as histórias contadas sobre os extrativistas que coletam esse cacau e sobre os territórios onde eles são colhidos. Além delas, retratar o conjunto de técnicas utilizado para o manejo das plantas, quebra dos frutos, fermentação e secagem das amêndoas pode conferir à produção do cacau silvestre a diferenciação como cacau especial e até mesmo como cacau fino. Assim, seria também possível somar ao cacau silvestre as certificações de orgânico e de comércio justo (*fair trade*), tornando possível o estabelecimento de parcerias comerciais diferenciadas para, no longo prazo, acessar os melhores nichos de mercado existentes no Brasil e no resto do mundo.





PARTE II



**TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ E
O ORIGENS BRASIL®**

Para destacar o caso de um dos principais articuladores das cadeias da sociobiodiversidade na Amazônia, convidamos o [Origens Brasil](#)[®] a compartilhar a inspiração por trás da criação da rede e como ela funciona. Como o projeto Nossa Floresta Nossa Casa da Forest Trends, o Origens Brasil[®] chegou ao território Tupi Guaporé, resultado da parceria entre Imaflora, Forest Trends, Pacto das Águas e Kanindé, em articulação direta com as organizações dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Origens Brasil[®]

A sobrevivência da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, está mais do que nunca em risco. No Brasil, seguem avançando as atividades predatórias e ilegais que são responsáveis pelas elevadas taxas de desmatamento, sobretudo para dentro de áreas protegidas e de territórios onde vivem povos indígenas e populações tradicionais. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) lançou recentemente um relatório que apresenta evidências científicas de que as áreas protegidas onde vivem esses povos da floresta – como TIs, territórios quilombolas e unidades de conservação – são uma maneira eficiente e econômica de reduzir emissões de carbono, mitigar as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e os serviços ambientais (FAO; FILAC, 2021). Essas áreas protegidas cumprem um papel fundamental para a conservação, mas os seus povos, contudo, têm pouco acesso aos mercados capazes de valorizar e remunerar de forma justa a produção tradicional. A geração de negócios e de renda compatível com a manutenção das áreas protegidas e da floresta em pé são essenciais para assegurar a qualidade de vida e a segurança necessárias para que eles tenham condições de viver em seus territórios de forma digna.

O desafio de valorizar e de diferenciar no mercado consumidor a produção de populações tradicionais e povos indígenas que vivem nesses territórios foi a mola propulsora para a criação da rede Origens Brasil[®], uma rede premiada pela ONU¹ que conecta empresas e consumidores a cadeias de produtos da sociobiodiversidade dentro de áreas protegidas, gerando valor para a floresta em pé e para os povos da floresta que vivem dela. Articulada pelo Imaflora e pelo ISA, a criação dessa rede envolveu a participação de múltiplos atores engajados com a cadeia de produtos da sociobiodiversidade, como empresas, ONGs, lideranças dos povos presentes no território e organizações locais e comunitárias. Isso foi o que permitiu que a ideia fosse prototipada e articulada ao longo de 02 anos, antes do seu lançamento em 2016.

1 [Prêmio Internacional de Inovação para a Alimentação e Agricultura Sustentáveis da ONU](#), conferido em junho de 2010.



Figura 01 – Produtos da rede Origens Brasil[®] e usuário utilizando código QR para ter acesso a informações sobre produtores, suas culturas, territórios de origem, formas de produção e a comercialização dos produtos. **Fotos:** Fundação Banco do Brasil.

Com forte componente de tecnologia, comunicação e governança em rede, o Origens Brasil[®] visa aproximar do consumidor produtores de populações tradicionais e povos indígenas, promover relações comerciais mais éticas entre povos da floresta e o mercado e construir as garantias necessárias para atingir esses objetivos através de uma rede de confiança formada por empresas, consumidores e organizações comunitárias. A gestão das informações de cadeias de produtos da sociobiodiversidade é feita através de uma plataforma digital criada para a rede com o objetivo de conferir transparência e controle da produção e da comercialização nos territórios pelos produtores, empresas e consumidores. Os impactos da promoção das parcerias comerciais são monitorados anualmente pelo Origens Brasil[®] e, para que a rede seja capaz de induzir impactos positivos para as populações e seus territórios, esses resultados são disponibilizados ao público de forma a contribuir para uma relação comercial diferenciada e de longo prazo.

Quadro 01: **COMO FUNCIONA A REDE ORIGENS BRASIL® ?**

A plataforma digital recebe, armazena, sistematiza e disponibiliza as informações sobre indicadores de impacto e produtores, produção e comercialização dos produtos agroextrativistas.

Os diferentes membros da rede – populações tradicionais e povos indígenas (produtores), organizações comunitárias, instituições de apoio e empresas –se cadastram e inserem dados e informações de forma colaborativa na plataforma.

Dados e informações dos produtores também são coletados em campo via tablets e celulares, em seguida são registrados os dados de produção e de comercialização com a origem de cada produto, posteriormente enviados a um servidor online (a plataforma do Origens Brasil®). O Origens Brasil® confere ainda a transparência e a visibilidade aos produtos e suas histórias.

Os dados enviados para a plataforma são consolidados e ficam disponíveis para visualização pelos usuários (membros da rede) no painel de gestão (*dashboard*) na forma de mapas georreferenciados, gráficos e tabelas.

Através de um QR Code que acompanha os produtos, que é o próprio logotipo do Origens Brasil®, o consumidor tem acesso pelo celular a informações que vêm da plataforma sobre os produtores, suas culturas, territórios de origem, formas de produção e a comercialização dos produtos.

Figura 02 - **FUNCIONAMENTO DO ORIGENS BRASIL®**

**A GARANTIA
PAUTADA NA ANÁLISE DE
RISCO E NA COLABORAÇÃO
ENTRE OS ATORES**

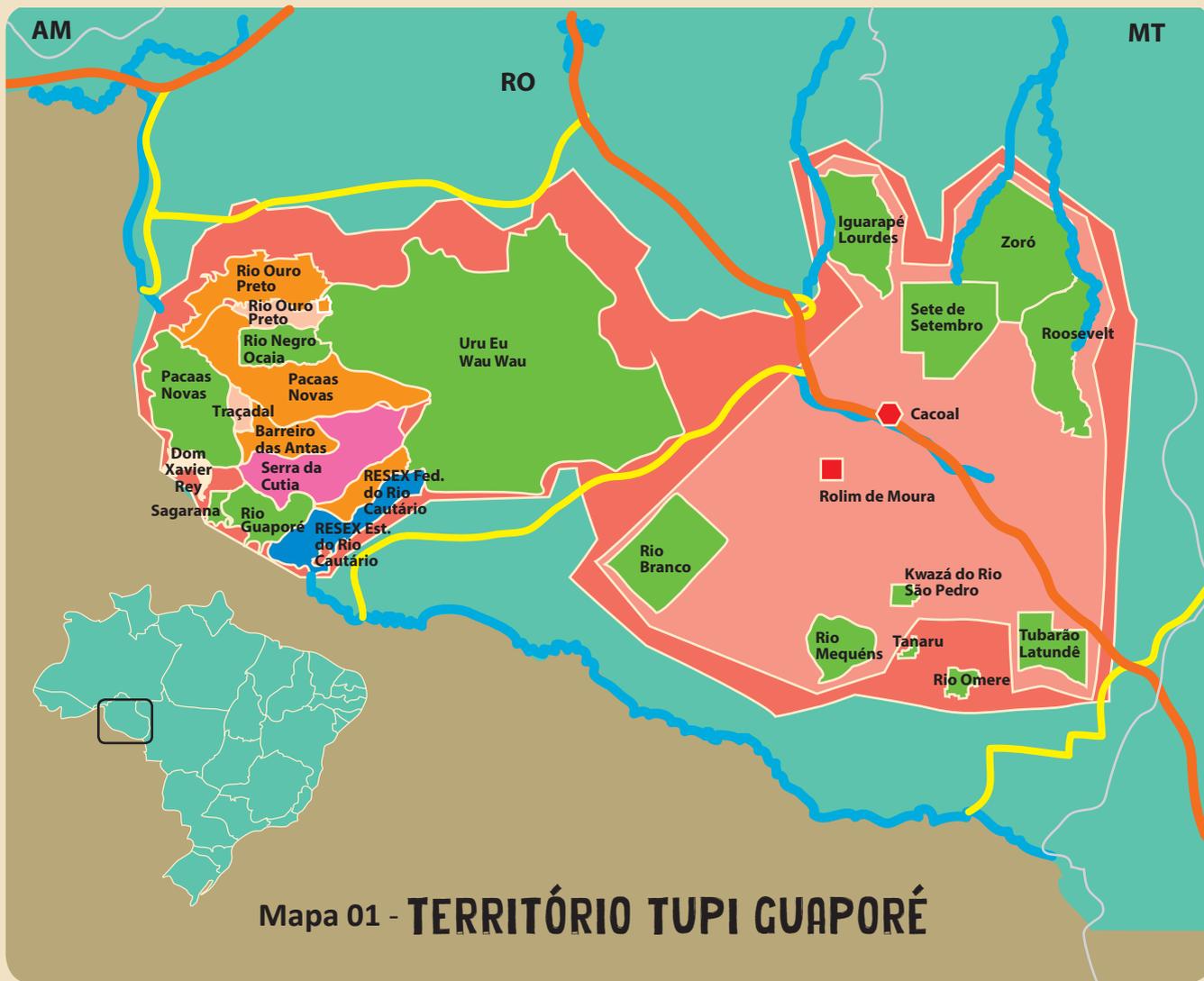


A abordagem do Origens Brasil® é territorial, ou seja, os produtos são provenientes de territórios formados por um conjunto de áreas protegidas, onde vivem populações tradicionais e povos indígenas que trabalham com as cadeias da sociobiodiversidade. Atuamos em 04 grandes territórios na Amazônia Brasileira – o Território do Xingu, Calha Norte, Rio Negro e Solimões – e expandimos recentemente para um novo território, o [Tupi Guaporé](#). Juntos, eles somam 38 áreas protegidas com atuação da rede Origens Brasil® – um total de 52 milhões de hectares – onde vivem povos de 43 diferentes etnias, falantes de mais de 50 línguas.

A forma de operação da rede se adapta às realidades dos povos em um processo que vai “de baixo para cima” (bottom-up) para construção coletiva de requisitos e para garantia de transparência das informações e das conexões comerciais. Os diferentes membros da rede – produtores, organizações comunitárias, instituições de apoio e empresas – participam de conselhos e comitês de governança do Origens Brasil® que se reúnem anualmente com objetivo de promover reflexões sobre melhorias da rede e aperfeiçoamento das relações comerciais entre as partes, contribuindo com uma governança territorial a partir da produção.

O Origens Brasil® no Tupi Guaporé:

Localizado entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, o Território Tupi Guaporé é formado por 22 áreas protegidas: 13 Terras Indígenas, 08 Unidades de Conservação e 01 Projeto de Desenvolvimento Sustentável que, juntos, somam mais de 05 milhões de hectares, o equivalente à área do estado do Rio Grande do Norte. O nome escolhido é uma referência a como se autodenominam alguns dos povos indígenas da região, os Tupi Mondé, e à bacia hidrográfica do Rio Guaporé-Madeira. O novo território surgiu da articulação junto ao Imaflora e pelas instituições de apoio [Forest Trends](#), [Pacto das Águas](#) e a [Kanindé](#).



- | | | |
|---|---|---|
|  América do Sul |  Reserva Biológica Federal |  Cacoal |
|  Brasil |  Parque Nacional |  Rolim de Moura |
|  Terra Indígena |  Reserva Extrativista Federal |  Mosaico Tupi |
|  Projeto de Desenvolvimento Sustentável |  Reserva Extrativista Estadual |  Rios |
| | |  Rodovias Federais |
| | |  Rodovia Federal BR364 |

É formado por corredores de áreas protegidas que se interligam, envolvendo o Corredor Ecológico Binacional Itenez-Mamoré-Guaporé, os Corredores Etnoambiental Tupi Mondé e o Tupi Kwahiva. Esses corredores de áreas protegidas – onde vive uma grande diversidade de povos, com cerca de 28 povos indígenas e populações tradicionais – abrigam patrimônios culturais, sociais e ambientais que beneficiam todo o planeta Terra. São cerca de 10 mil (9.677) pessoas vivendo no território, sendo 8.076 indígenas e, o restante, populações tradicionais de castanheiros, seringueiros e extrativistas. A diversidade cultural se expressa nas 20 línguas indígenas do tronco Tupi e Macro-jê, com diversas famílias tais como a Mondé, Aikanã, Kanoe e Koazá, além dos povos isolados sem tronco linguístico identificado.

A aterrissagem do Origens Brasil® no território Tupi Guaporé é uma grande oportunidade de se iluminar o importante papel desses povos na conservação da floresta em pé e para fortalecer a colaboração entre os diferentes povos e atores que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade dessa região. A governança em rede potencializa o protagonismo das organizações locais e pode ser uma importante ferramenta de fortalecimento e da valorização dos povos indígenas e das populações tradicionais, permitindo construir alternativas econômicas às atividades ilegais e predatórias que constantemente ameaçam esse território.

Mariana Finotti - Imaflores / Origens Brasil®
Patrícia Cota Gomes - Imaflores / Origens Brasil®



O MOSAICO TUPI

CAPÍTULO 3





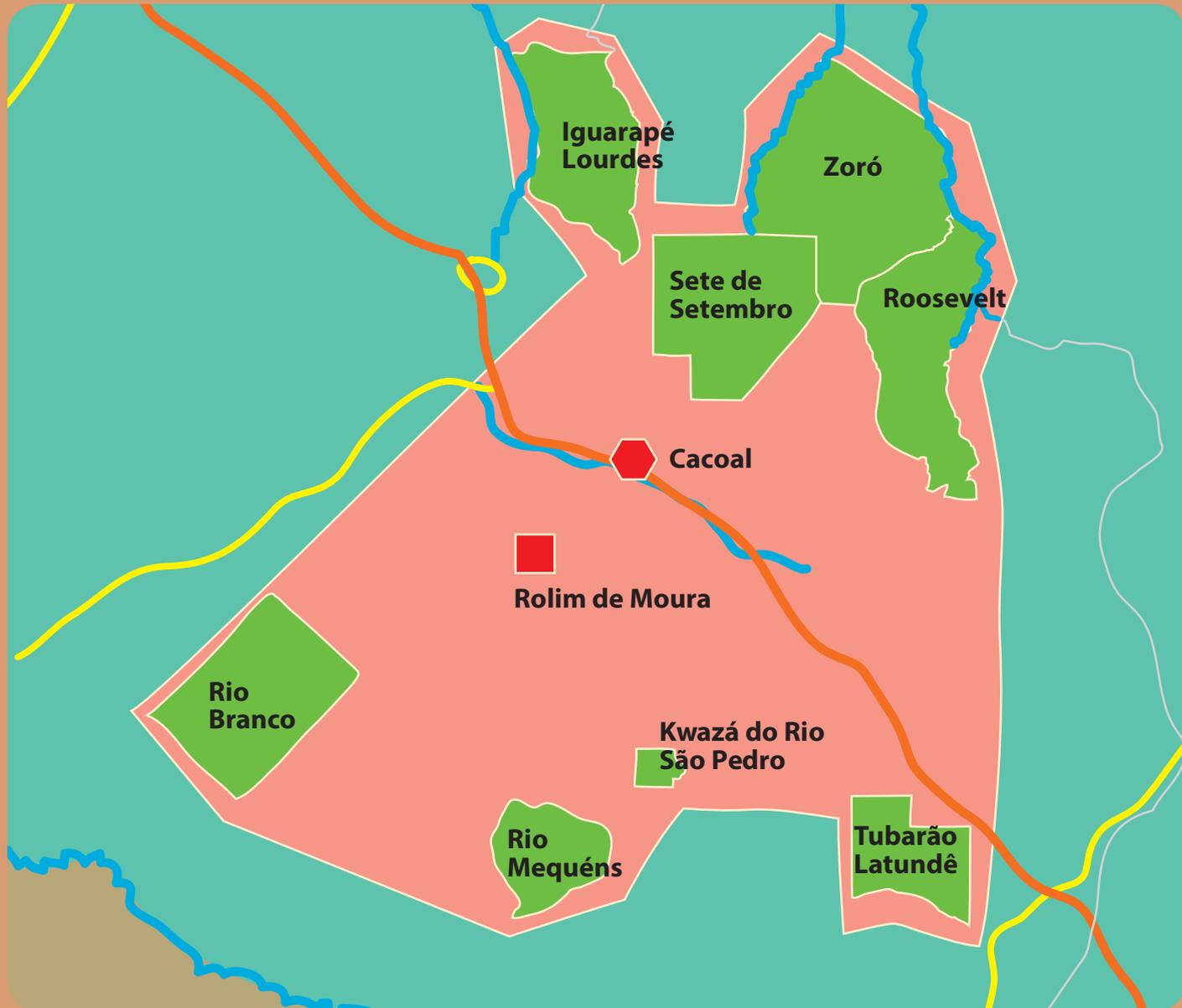
Percorrendo rios, igarapés e longas estradas da Amazônia brasileira, a ICGT-FT chega ao leste do Tupi Guaporé, onde estão as 08 Terras Indígenas de um território entre os estados de Rondônia e Mato Grosso que, em homenagem aos povos indígenas do tronco linguístico Tupi, majoritários na região, chamamos de Mosaico Tupi¹. Nele, trabalhamos junto aos povos para fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade, visando aumentar a resiliência, o bem viver e as oportunidades de geração de renda através de iniciativas econômicas indígenas, com foco na governança territorial, fortalecimento de organizações de mulheres, valorização cultural, fortalecimento institucional, segurança alimentar, garantia de direitos, meios de vida e conservação da floresta em pé.

O recorte territorial do Mosaico Tupi compreende as TIs Igarapé Lourdes, Kwazá do Rio São Pedro, Rio Branco, Rio Mequéns, Roosevelt, Sete de Setembro, Tubarão Latundê e Zoró, que juntas somam aproximadamente 1,5 milhões de hectares e 5.881 indígenas. Nelas, estão distribuídos 21 povos falantes de diferentes línguas, dentre os quais 12 são falantes do tronco Tupi (famílias Rama Rama, Tupari e Mondé), 02 são do tronco Macro-jê (família Jabuti), 01 é da família Aruak-Maipure, 03 são de famílias linguísticas isoladas (Aikanã, Kanoe e Koazá), 02 são da família Nambikwara Sabanê e os demais são povos isolados sem tronco linguístico identificado (Tabela 01). Em um cenário de enfrentamento de grandes desafios da fronteira do desmatamento na Amazônia e de apagamento de modos de vida tradicionais, essas 08 TIs ainda detêm estoques de carbono florestal de importância global, cumprem função hidrológica e permanecem patrimônio de grande diversidade biológica e cultural.

1 Mosaico Tupi é uma denominação dada pela própria ICGT-FT para designar sua principal área de atuação junto a povos indígenas da Amazônia brasileira, nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Ressaltamos que, ao ser adotada essa terminologia, não se pretende, de maneira alguma, classificá-las através dos modelos adotados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.



Mapa 01 - TERRITÓRIO MOSAICO TUPI



● Brasil

● Terra Indígena

● Mosaico Tupi

● Rios

● Rodovias Federais

● Rodovia Federal BR 364

● Cacoal

● Rolim de Moura

Tabela 01 – TERRAS INDÍGENAS DO MOSAICO TUPI (LESTE DO TERRITÓRIO TUPI GUAPORÉ)

TI	ÁREA (HÁ)	POVOS	POPULAÇÃO EM 2010
Rio Branco (TIRB)	236.137	Aikanã Arikapú Aruá Djeoromitxí Kanoê Makurap Tupari Ajuru Kampé	679
Rio Mequéns (TIM)	107.553,00	Guaratira Makurap Sakurabiat	95
Kwazá do Rio São Pedro (TIK)	16.799,90	Aikanã Kwazá	25
Tubarão Latundê (TITL)	116.619,40	Aikanã Kwazá Nambikwara Latundê Nambikwara Sabanê	195
Roosevelt (TIR)	230.826,30	Apurinã Cinta larga	1817
Zoró (TIZ)	355.789,60	Zoró	711
Sete de Setembro (TISS)	248.146,90	Paiter Suruí	1375
Igarapé Lourdes (TIIL)	185.533,60	Ikolén Isolados na Serra da Providência Karo	984

Fonte - Elaborado pela autora com dados obtidos do IBGE, 2010; e do documento interno - *Avaliação das Dinâmicas Econômicas da Forest Trends*, 2019.

Olhar as fronteiras ao redor das TIs é importante para governança e proteção territorial e, no caso do Mosaico Tupi, esse é um ponto bastante sensível. Pelas questões geográficas, pelas influências que a região sofre e apesar das fronteiras estaduais, todas as TIs são mais ligadas ao estado de Rondônia do que ao de Mato Grosso, como é o caso das TIs Roosevelt e Sete de Setembro, divididas entre Rondônia e Mato Grosso, e da TI Zoró, cuja delimitação está apenas no Mato Grosso. Compreender esse laço é importante porque Rondônia é um estado cuja ocupação está fundamentada em três aspectos: desrespeito ao capital natural, ocupação e apropriação de terras sem o devido controle do estado e exclusão dos povos indígenas (DOS SANTOS, 2015). Assim, vê-se que foi um contexto inóspito aquele em que as TIs do Mosaico Tupi tiveram a homologação de suas terras, o que ocorreu entre 1983 e 2003 com o objetivo de garantir os direitos indígenas, reduzir os conflitos agrários e preservar a sociobiodiversidade no território (Figura 02).



Figura 01 – Linha do tempo da homologação das Terras Indígenas do Mosaico Tupi.

- Legenda:**
-  **TISS** – Terra Indígena Sete de Setembro
 -  **TIRB** - Terra Indígena Rio Branco
 -  **TIR** - Terra Indígena Roosevelt
 -  **TITL** - Terra Indígena Tubarão Latundê
 -  **TIK** - Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro
 -  **TIZ** - Terra Indígena Zoró
 -  **TIM** - Terra Indígena Rio Mequéns
 -  **TIIL** - Terra Indígena Igarapé Lourdes

Quadro 01-

MODOS DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA: CONSOLIDAÇÃO DE UM CENÁRIO ADVERSO PARA OS POVOS INDÍGENAS DO MOSAICO TUPI.

A ocupação do atual estado de Rondônia, o mais influente sobre as TIs do Mosaico Tupi, começou a partir da primeira década do século XVIII com as missões jesuíticas ao longo do Rio Madeira e, posteriormente, com as descobertas de ouro nos afluentes do Rio Guaporé. Contatos mais duradouros com as populações indígenas dessa região se tornaram mais comuns a partir da década de 1870, com o início do primeiro ciclo da borracha, que teve duração até a segunda década do século XX (REIS, 1997). Entre 1907 e 1915, a comitiva chefiada pelo Mal. Cândido Rondon foi designada a exercer o processo de abertura e instalação das linhas telegráficas (FONSECA e TEIXEIRA, 2001), o que levou à criação de estações telegráficas que se tornaram polos de agrupamento de trabalhadores e migrantes, ampliando muito o contato com os povos indígenas e dando origem a vários dos atuais municípios de Rondônia.

A partir da década de 1960, com o início da abertura da BR-364, o avanço das frentes colonizadoras e dos projetos de interiorização no estado tiveram como uma de suas consequências a ocupação de territórios indígenas por posseiros e garimpeiros. Disso resultou o aumento de conflitos já existentes com essas populações, levando a massacres de povos e, em muitos casos, à desocupação de territórios tradicionais. Na década seguinte, o principal vetor passou a ser o avanço predatório da fronteira agropecuária e as explorações mineral e florestal, o que também ocorreu dentro de um contexto de violência, expropriação e negação da possibilidade de convívio entre sociedades indígenas e não-indígenas.

A convivência e a interação entre os povos indígenas e a sociedade não indígena rural foi intensificada a partir da década de 1980, quando houve avanços nas demarcações das TIs entre 1983 e 2003. Isso ocorreu especialmente com os grupos que viviam no entorno direto dos territórios, ocupado por colonos, e com a sociedade urbana dos municípios da região. Mesmo com a persistência de fatores que desde o início corroboram com contextos de violência e expropriação, o fortalecimento das articulações para a garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 e a criação de organizações e estratégias de governança territorial indígena vem abrindo novos cenários e perspectivas para os povos que vivem na porção leste do território Tupi Guaporé.

Os impactos decorrentes da forma com que o estado de Rondônia foi ocupado ainda perduram e, apesar das demarcações, o contexto das TIs permanece muito desafiador. Os municípios em que elas estão distribuídas, tanto em Rondônia quanto no Mato Grosso, têm sua economia baseada nos setores primário, secundário e terciário – agropecuária, indústria e serviços – e, devido à intensa exploração de recursos naturais, grande parte da área foi e continua desmatada. Um exemplo é a região onde está a TI Tubarão Latundê, na qual as propriedades rurais vêm se tornando alvo de disputa internacional para expansão do agronegócio no estado, principalmente a pecuária, o cultivo da soja e as barragens hidrelétricas. Devem ser citadas ainda as TIs Uru Eu Wau Wau, Sete de Setembro e Igarapé Lourdes: as maiores áreas de pecuária do estado de Rondônia não apenas ficam nos municípios em que estão essas TIs como também fazem fronteira com os territórios (SANTOS e GOMIDE, 2015).

Vê-se, assim, que as áreas de entorno das TIs do Mosaico Tupi apresentam uma intensa pressão antrópica, com aumento linear da supressão vegetal, muitas vezes incentivada pela expansão da fronteira agrícola nos estados através de uma estrutura de propriedade altamente concentrada. Isso acaba por potencializar a degradação ambiental e cultural, podendo até mesmo redefinir características importantes para o bem viver dos povos indígenas em seus territórios, como desaparecimento de espécies vegetais utilizadas na medicina tradicional e artesanato, redução da pesca e caça, escassez de alimentos, diminuição da qualidade da água e redução das práticas tradicionais de cultivo. Ainda assim, apesar dessas pressões, a cobertura florestal tem se mantido em pé: em busca de impedir com que o desmatamento avance em seus territórios, os povos mantêm constante a vigilância e a articulação pela garantia de seus direitos.





Figura 02 – Marico em processo de tecelagem, TI Rio Branco.
Foto: Maria Barcelos



Figura 03 – Marico em uso, TI Rio Branco.
Foto: Suellen Mangueira.



Figura 04 – Preparo da bebida fermentada – chicha de cará roxo.
Fonte: Suellen Mangueira.

OS POVOS DO MOSAICO TUPI

Os 21 povos do Mosaico Tupi compartilham diversas características culturais semelhantes. Um exemplo é o “Complexo Cultural do Marico” (MALDI, 1991), um agrupamento de povos que possuem algumas similaridades, tendo como elementos principais os cestos de fibra de tucum (marico), malocas no formato de colmeia e chicha (bebidas fermentadas de milho, cará e mandioca). Esse complexo cultural inclui não somente a cultura dos povos que falavam línguas do tronco Tupi na região, mas também a dos falantes das línguas Jabutí (Macro-Jê) e de línguas isoladas, como Aikanã e Kwaza.

Outra semelhança compartilhada por vários desses povos é a maneira com que relatam a história de origem. Em geral, contam que os povos vieram de um mesmo lugar onde inicialmente estavam presos (da terra ou de uma pedra) e que aqueles que conseguiram sair são os que formaram os grupos e clãs que conhecemos hoje. Também é comum a participação de animais nesses acontecimentos, como ajudar as pessoas a escaparem de onde estavam por meio de um portal (buraco). Segundo os Zorós, por exemplo, a história ocorreu da seguinte forma:

(...) Gurá fez uma grande festa que atraiu mais gente e multiplicou o número de pessoas! E logo ele tampou a porta e a maloca virou pedra. Neste tempo todos os animais eram gente. Por isso escutavam e entendiam a todos. Eles escutavam os gritos de desespero do povo dentro da pedra pedindo socorro. Pássaros de todas as espécies tentaram furar a pedra com seus bicos-machado (...). Somente um periquito, o Paxurey (periquito de cara preta) conseguiu fazer um pequeno buraco na pedra (...) e assim o povo o conhece como “kinam bibi wey”, o pássaro que salvou a gente. Então, as pessoas começaram a sair pelo pequeno e apertado buraco. Cada clã se apresentava. Foram saindo. Primeiro os Pangyjēj: -“Somos os Pangyjēj!”. Depois os Kabanej (Suruí) - “Somos os Kabanej!” - Em seguida foram saindo os outros “Somos os Ikulēj! (Gavião)!” , “So - mos os Mamēj” (Cinta Larga)! -“Somos os Jala (não índios)!” - e, assim, sucessivamente foram saindo todas as raças que existem no mundo. (BARCELLOS et al., 2019)



A lista de produtos da sociobiodiversidade nos territórios é bastante extensa e foi em torno desses recursos da floresta que aconteceu a transição de uma economia apenas baseada na reciprocidade, que era a economia antes do contato, para as relações comerciais com não indígenas. O início dessa experiência com o mercado se deu primeiro através da comercialização de artesanato e de utensílios de uso diário, depois veio o látex da seringueira e outros produtos da floresta. Vale ressaltar que, no Mosaico Tupi, logo após o contato as principais moedas de troca e de comercialização eram o artesanato e a castanha-do-brasil.

A composição básica da renda familiar em geral é composta pelo trabalho e produção nos roçados, pelo artesanato, pelo extrativismo e pela criação de animais, assim como por aposentadorias, programas de transferência de renda e salários de funcionários públicos (saúde e educação). De acordo com o monitoramento realizado pela UNIR em parceria com a ICGT-FT (UNIR, 2020), 85,5% das famílias do Mosaico Tupi trabalham com atividades agrícolas e 72,6% com extrativismo. Esses dados demonstram que um mesmo grupo familiar pode assumir mais de uma atividade de forma simultânea ou periódica, dedicando esforços concentrados para atender tanto à subsistência quanto aos mercados regional e nacional, o que ocorre sobretudo com a castanha-do-brasil. Dentre essas atividades, vale ressaltar que o artesanato é realizado por 58% da população indígena envolvida nas atividades econômicas, tendo grande importância para a geração de renda, principalmente entre as mulheres.



Figura 05 – Gongo servido no Centro Cultural Wagoh Pakob.
Foto: Lica Donaire.



Apesar desse estreitamento da relação com os não indígenas ter levado a alterações de hábitos e ao surgimento de novas demandas dentro das aldeias, os povos mantêm seus modos de vida e de consumo tradicionais. As famílias continuam praticando caça de animais, pesca, coleta de frutos, de mel de abelha, de gongos², de matérias primas para o artesanato e de plantas medicinais. Além disso, a base produtiva ainda é organizada e mantida em torno de núcleos familiares, tanto nas atividades de subsistência quanto de produção comercial. Esse trabalho ocorre principalmente com o extrativismo da castanha-do-brasil, do açaí, do cacau, da copaíba, com roçados diversos e, mais recentemente, com a produção de café, uma prática crescente dentro das TIs, principalmente na TI Sete de Setembro e na TI Rio Branco.

Além de cadeias já bem consolidadas, como a da castanha-do-brasil, do artesanato, do cacau e do açaí, as Terras Indígenas do Mosaico Tupi abrigam excepcional potencial na exploração de outros produtos florestais não madeireiros – como o extrativismo de babaçu, seringa, sementes e pupunha, a produção de farinha de mandioca, a apicultura, a roça de cará, batata doce, amendoim, a fruticultura – e possuem alto potencial turístico e de turismo de base comunitária. Sobre as áreas de vegetação nativa que foram suprimidas por influência direta ou indireta do

2 O gongo é uma larva consumida cru ou frita. Também conhecida por morotó, ela é amplamente encontrada em frutos de palmeiras, como o tucum e o babaçu.



Figura 06 – Gongo servido no Centro Cultural Wagoh Pakob.
Foto: Lica Donaire.



contato com o não indígena, elas são suficientes para suprir as necessidades de plantio tradicional e para experiências com reflorestamento e outros tipos de cultura. Em geral, os roçados variam de 0,5 a 02 hectares e cumprem um importante papel na segurança alimentar, além de demonstrarem potencial para a geração de renda.

É importante dizer, porém, que se quisermos consolidar o manejo sustentável e conservação da sociobiodiversidade amazônica, é fundamental que tenhamos ações voltadas à valorização das pessoas que a protegem e que dependem de seus recursos, como os povos do Mosaico Tupi. As dificuldades de acesso a políticas públicas e instrumentos de fomento colocam as comunidades em situação de exploração de sua força de trabalho, explicitada pela relação desigual com os mercados locais e regionais e pela desvalorização de preços e produtos. Essa realidade atinge diversos indígenas, mesmo aqueles que conseguiram criar articulações positivas por meio de projetos que contribuem para o desenvolvimento de arranjos entre instituições indígenas, da sociedade civil e governamentais. Os entraves encontrados em relação à governança territorial e das cadeias de valor dificulta a busca por oportunidades e o entendimento de mercado, criando desafios complexos e estimulando novos arranjos para os indígenas se inserirem em novas atividades econômicas e para consolidarem as existentes, assim gerando retornos econômicos promissores, financeiros e não financeiros, e assegurando a salvaguarda territorial e a sobrevivência social e material das famílias.

AS INICIATIVAS ECONÔMICAS INDÍGENAS

CAPÍTULO 4





Figura 01 – Produtor de cacau indígena, Roberto Suruí. **Foto:** Liliana Suruí.



A coleta e o consumo do cacau sempre tiveram grande importância para os povos originários da Amazônia. Nativo da região, o fruto marca sua presença na vida cotidiana dos povos do Mosaico Tupi através de seu uso para o preparo de sucos e fermentados da polpa, frequentemente misturados com mel de abelha nativa. A espécie *Theobroma cacao* L. ocorre em grande quantidade nesse território: as condições de clima e de solo na região proporcionam as condições perfeitas para esses cacauzeiros silvestres se desenvolverem nas florestas, assim como para a cacauicultura.

Além do uso tradicional, a coleta de cacau silvestre e o cultivo do cacau também são vistos pelos povos do Mosaico Tupi¹ como atividades com potencial de geração de renda, reconhecendo as possibilidades de lucro através das operações dessas cadeias de valor. Entretanto, para que as práticas tenham maior adesão entre os indígenas, ganhem escala e de fato contribuam com o bem viver local, é necessário que o potencial produtivo da coleta e do cultivo de cacau seja consolidado. Outro fator de igual importância é que as produções tenham em vista perspectivas concretas de comercialização por meio de articulações que promovam a valorização das atividades e territórios.

1 Durante oficinas de diagnóstico realizadas entre 2019 e 2020 pela equipe da Forest Trends, indígenas das TIs Zoró, Roosevelt, Rio Branco, Igarapé Lourdes, Tubarão Latundê, Rio Mequéns e TI Sete de Setembro ressaltaram diversas vezes esse interesse.

Quadro 01 –

BREVE HISTÓRICO DA CACAUCULTURA NA REGIÃO DO MOSAICO TUPI

No município de Cacoal, o estímulo sistemático à lavoura cacaeira começou em 1972 a partir de ações da Ceplac dentro da política do governo Federal de fomentar, nas áreas de projetos de colonização, polos produtivos dessa cultura. A partir de 1999, com a ocorrência da doença vassoura-de-bruxa nas lavouras, a produção no município começou a declinar devido à baixa produtividade e, conseqüentemente, o número de compradores locais diminuiu, gerando entraves à comercialização.

O cenário era de insustentabilidade financeira: além dos dispêndios em tempo e dinheiro para controle da vassoura-de-bruxa, era baixo o preço praticado no mercado internacional para o cacau commodity, reduzindo ainda mais o retorno financeiro com a cacauicultura. À época, muitos produtores locais converteram suas áreas produtivas para trabalhar com outras culturas, como café, cuja produção foi impulsionada na região por órgãos oficiais de apoio, como a Secretaria de Agricultura de Rondônia, a Emater e a Embrapa.

Nesse período, também era baixo o incentivo para a realização das boas práticas recomendadas na condução do cacau, algo sentido pelos Paiter Suruí, da TI Sete de Setembro, no Mosaico Tupi: mesmo permanecendo interessados em desenvolver atividades com o cacau, o trabalho com o fruto perdeu espaço frente aos melhores ganhos obtidos pela cultura do café e ao maior estímulo por parte dos órgãos prestadores de assistência técnica para essa produção.

A valorização da coleta e do cultivo de cacau no Território Mosaico Tupi teve impulso em 2014 a partir de ações da Forest Trends para fortalecimento das atividades produtivas dos Paiter Suruí. Desde então, outras ações passaram a ser articuladas para consolidação da cacauicultura em demais TIs do território, como o projeto “Nossa Floresta, Nossa Casa – 1 milhão de árvores”, parceria da Forest Trends com a Fundação Arbor Day. Através dele, em 2021 foram produzidas 350.000 mudas de espécies florestais e frutíferas – dentre elas estão as de cacau nativo e comercial, que atenderam 315 novas áreas implantadas nas oito Terras Indígenas do Mosaico Tupi.

No Mosaico Tupi, a cadeia de valor do cacau tem sido firmada através de articulações com instituições de apoio técnico e o estabelecimento de parcerias comerciais diferenciadas. Conjuntamente, essas ações não apenas evidenciam aos povos o potencial de agregação de valor à produção, como também estimulam o aumento da escala produtiva e a implementação de boas práticas nas etapas de coleta, cultivo e beneficiamento. Junto ao aumento da renda gerada pelas atividades, espera-se que esses resultados possibilitem, em médio prazo, a consolidação dos produtos em mercados diferenciados, inclusive internacionais.

Nesse sentido, merecem ser citadas duas parcerias, articuladas pela Forest Trends, entre produtores agroextrativistas do povo Paiter Suruí, da TI Sete de Setembro, e empresas chocolateiras que valorizam a história por trás da produção do cacau plantado e da coleta do cacau silvestre realizadas pelos indígenas: uma com a brasileira [De Mendes](#) e a outra com a [Original Beans](#), europeia.

Essas articulações com o povo Paiter Suruí são um grande exemplo de como ações integradas com perspectivas concretas de comercialização que valorizam o produto indígena são necessárias para que a cacauicultura de fato ofereça retorno aos territórios e seus povos. Os Paiter são um povo que sempre foi receptivo a apoios voltados à cadeia de valor do cacau, mas cujas atividades não tiveram o retorno esperado enquanto as produções foram comercializadas seguindo a lógica do mercado de cacau commodity. Foi apenas após a realização de ações integradas voltadas à valorização do produto, do território e do trabalho dos Paiter Suruí que as atividades com o cacau passaram a beneficiar esse povo, tornando o trabalho na TI Sete de Setembro uma referência para o fortalecimento da cadeia de valor do cacau no Mosaico Tupi.



ARTICULAÇÕES NO MOSAICO TUPI: OS PAITER SURUÍ.

CACAUICULTURA

A opção por cultivar o cacau em vez de depender apenas do extrativismo do fruto tem sido uma estratégia importante para que essa cultura se torne sustentável economicamente, o que leva alguns indígenas do Mosaico Tupi a buscarem alternativas para o cultivo em suas áreas de produção, mais próximas às aldeias onde residem. Assim, em 2014, a cadeia de valor do cacau começou a ser estruturada na TI Sete de Setembro através da promoção de atividades voltadas aos interessados nesse plantio. O trabalho foi realizado com apoio da Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends (ICGT-FT), em parceria com a Ceplac de Cacoal (RO) e com suporte da Fundação IKEA.

A Ceplac forneceu sementes e mudas de cacau aos produtores indígenas, que receberam orientações da equipe técnica sobre diferentes formas de cultivo, espaçamento entre as mudas cultivadas, podas do cacauzeiro, estabelecimento de áreas de produção e consórcios entre espécies frutíferas e florestais. O sombreamento provisório e definitivo também começou a ser difundido entre os produtores indígenas e o planejamento de áreas consorciadas com abordagens de criação de sistemas agroflorestais (SAFS) foi feito através do aproveitamento das áreas já consolidadas para a produção de bananas.



Figura 02 – Muda de cacau plantada (em área de produção de banana da TI Sete de Setembro).

Foto: Rogoro Suruí.



As atividades para implantação de sistemas agroflorestais não apenas viabilizaram a produção de cacau em áreas apropriadas, como os bananais, como também abriram a possibilidade para a diversificação dos plantios. Dessa forma, outras culturas importantes para a segurança alimentar e com potencial comercial podem vir a ser desenvolvidas de forma integrada, valorizando e preservando a biodiversidade local e reduzindo a pressão sobre a floresta. O relato de Roberto Penin, cacauicultor Paiter Suruí, demonstra a importância desse conhecimento:

Estou muito satisfeito por não precisar desmatar mais para cultivar e percebo isso como uma forma de melhorar a saúde do ambiente, do local onde vivo (informação verbal).²

Outra atividade que marcou os beneficiários das ações na TI Sete de Setembro foi uma visita de campo feita em 2014 a uma propriedade modelo, onde as práticas de manejo tinham potencial de replicação para a região e, portanto, era localmente tida como uma referência. Nela, os participantes puderam observar o estabelecimento de uma lavoura consorciada de cacau e cajá-manga, fruta valorizada por despulpadoras para produção de polpa congelada, e ver como se dão na prática as orientações passadas a eles pela equipe técnica da Forest Trends e da Ceplac. Conversando com o proprietário da área, compreenderam os possíveis retornos econômicos de uma lavoura consorciada quando ela atinge a eficiência produtiva em uma área consolidada. Como aprendizado dessa visita de campo, os participantes ressaltaram que foi possível compreender que o trabalho demandado para a manutenção de uma lavoura de cacau, quando bem realizado, abre possibilidades para o retorno financeiro.

² Fala do produtor Paiter Suruí Roberto Penin na II Oficina de Economia Indígena realizada pela Forest Trends em Tena – Equador, em 07 de setembro de 2016.



Com a consolidação das áreas com cacau cultivado pelos produtores Paiter Suruí, o cacau plantado em 2014 a partir das sementes e mudas fornecidas pela Ceplac de Cacoal começou a ser colhido, em pequena escala, durante a safra de 2019. Foi então que os produtores indígenas pela primeira vez comercializaram o produto, o que foi feito com acompanhamento da equipe Forest Trends. O resultado não foi satisfatório, desestimulando os produtores Paiter Suruí: as vendas foram realizadas de forma individual para atravessadores locais de Cacoal que, seguindo a lógica do mercado de cacau commodity, compraram a produção a baixo preço e não contribuíram com os custos logísticos de transporte, que foi alto e arcado pelos indígenas. Além disso, a produção ainda não cumpria as boas práticas de produção e beneficiamento, com os devidos processos de fermentação e secagem das amêndoas, o que dificultou ainda mais a valorização da produção indígena. Segundo relatos de produtores³, alguns inclusive desistiram de continuar comercializando a produção daquele ano devido ao baixo retorno financeiro.

Diante disso, a equipe técnica da Forest Trends articulou uma parceria com a empresa de chocolate artesanal De Mendes a fim de valorizar a atividade produtiva dos Paiter Suruí. Através dela, foram realizadas atividades de formação com a especial colaboração do *chocolatier* Cesar De Mendes para a difusão de técnicas de beneficiamento primário de cacau e de produção de cacau especial e de cacau fino. O objetivo era melhorar a qualidade da produção Paiter Suruí a partir da capacitação dos produtores indígenas em boas práticas de colheita e quebra dos frutos, assim como na capacitação em fermentação e secagem das amêndoas. Dessa maneira, ao aprimorar a produção, seria possível trilhar um caminho de valorização do produto pela melhoria da qualidade de aroma e sabor, aliando a esses aspectos a valorização das atividades indígenas e do território.

3 Relatos acolhidos durante as oficinas de diagnóstico realizadas pela equipe da Forest Trends entre 2019 e 2020.

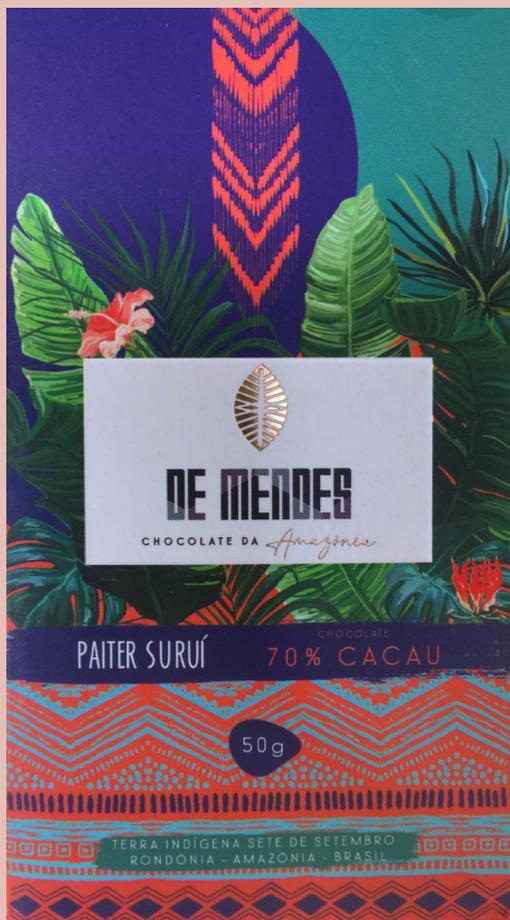


Figura 03– Barra de chocolate Paiter Suruí.
Foto: Lica Donaire.



Figura 04– Oficina de produção de cacau especial junto a De Mendes chocolates. **Foto:** Tatiana Tintino.

O volume de cacau especial comercializado à empresa ao final da safra de 2021 superou em mais do que seis vezes o volume de 2020 – 20 kg nesta safra e 133,6kg naquela – e o prêmio foi superior a 100%. Ademais, além de viabilizar a melhora na qualidade da produção das amêndoas de cacau e sua consequente agregação de valor, a parceria com a De Mendes levou à criação de uma linha de chocolate associada à marca da iniciativa econômica indígena dos Paiter Suruí, o chocolate [Paiter Suruí 70%](#). Feito somente com cacau e açúcar mascavo, sem adição de qualquer outro ingrediente, o chocolate começou a ser comercializado também em 2021, em fins de novembro. Vale ressaltar ainda que essa articulação está proporcionando a comercialização imediata da produção de amêndoas especiais, independentemente do volume de produção atual.

Quadro 02 – COMO FOI A COLABORAÇÃO ENTRE DE MENDES E OS PAITER SURUÍ?

Em 2020 foram dados os primeiros passos da parceria com o *chocolatier* De Mendes através de cursos para que o cacau Paiter Suruí fosse fermentado e atingisse uma qualidade diferenciada nos aspectos organolépticos, ou seja, em suas características de aroma e sabor. Como resultado, ao final da safra, em dezembro de 2020, ocorreu uma comercialização em caráter piloto de um lote de cacau especial Paiter Suruí, estreitando as relações entre os produtores, a equipe técnica de apoio da Forest Trends e a De Mendes.

O volume de amêndoas de cacau de boas práticas – aquele que passou pelos processos de fermentação e secagem conforme orientado pela equipe técnica – comprado pela empresa gerou aos produtores envolvidos um prêmio de 100% sobre o preço praticado no mercado local para o cacau commodity. Ou seja, a valorização da produção com melhor qualidade obtida após o beneficiamento primário levou ao pagamento do dobro do preço que o mercado local estava oferecendo pelo cacau produzido sem as boas práticas. Tanto os produtores indígenas quanto o *chocolatier* foram motivados pelo resultado atingido e as perspectivas para os mais de 6000 pés de cacau plantados em consórcios e sistemas agroflorestais e a expectativa das mais de 68 pessoas envolvidas com o trabalho do cacau passaram a ser de que “melhores frutos serão colhidos”.

No ano seguinte, a parceria continuou através de um curso voltado à produção de cacau especial e fino. Com a realização de atividades virtuais e de um módulo presencial, o curso proporcionou aprendizados sobre manejo e técnicas de poda, técnicas para melhoria dos processos de fermentação e secagem e técnicas para o reconhecimento de propriedades organolépticas das amêndoas, realizando testes sensoriais na produção. Dessa segunda etapa, surgiu: a barra de chocolate Paiter Suruí 70%, parceria entre os Paiter e o *chocolatier* De Mendes.

Esses encontros foram também um momento de trocas sobre a importância do cacau para os Paiter Suruí e aos demais povos tradicionais da Amazônia. Durante o quinto e último módulo, realizado presencialmente por De Mendes e membros da equipe da Forest Trends, os 28 participantes do curso aprenderam a produzir chocolate artesanal para consumo local e receberam orientações sobre a produção de diferentes subprodutos da amêndoa do cacau na própria comunidade.



Figura 05 – Galhos e folhas podados ao longo da linha do cacau, conforme orientações recebidas durante oficinas de De Mendes na TI Sete de Setembro. **Foto:** César de Mendes.



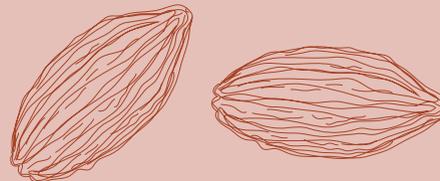
Figura 06 – Chocolates artesanais como resultado da oficina de produção de cacau especial junto a De Mendes chocolates. **Foto:** Tatiana Tintino.



VALORIZAÇÃO DO CACAU SILVESTRE

Previamente ao início dos trabalhos da Forest Trends na cadeia de valor do cacau, que se deu em 2014, um representante da empresa europeia de chocolates *gourmet* Original Beans já havia estabelecido contato com alguns líderes Paiter Suruí em busca de amostras de cacau silvestre da TI Sete de Setembro, mas os esforços diretos entre a empresa e os líderes não foram bem-sucedidos. Pela presença da equipe junto aos produtores e dado o comprometimento da equipe da Forest Trends com a estruturação da cadeia do cacau no território, foi estabelecida uma nova etapa de articulações com a Original Beans a partir de 2015, quando foram elaboradas estratégias de curto e médio prazo a fim de possibilitar, futuramente, uma parceria de longo prazo entre a empresa e os cacauicultores Paiter Suruí.

Dentre essas estratégias está a identificação das espécies e variedades de cacau silvestre existentes no território do Mosaico Tupi que apresentam características de aroma e sabor diferenciadas em suas amêndoas. Essa ação pretende valorizar o cacau silvestre a partir da comercialização de amêndoas fermentadas e separadas em lotes diferenciados, assim como possibilitar o cultivo de espécies em sistemas agroflorestais, o que permitiria a comercialização em maior escala. Ao reconhecer os diferentes potenciais organolépticos das variedades nativas de cacau silvestre, é provável também que sejam identificadas variedades de cacau fino já adaptadas à geografia local.



Ações como essas são cruciais para a ampliação do trabalho com o cacau silvestre uma vez que depender apenas da coleta tem se mostrado um desafio. Como o fruto é também muito apreciado pela fauna local, a competição com macacos e outros animais é grande, o que limita o volume coletado pelos indígenas. Além disso, há o alto custo logístico envolvido para exercer a atividade pelas grandes distâncias entre as residências dos povos e as áreas de floresta onde estão os cacagueiros silvestres.

As articulações em curso com a Original Beans são um exemplo de parceria que já começa a impulsionar os produtores e coletores indígenas para a diferenciação por aspectos genéticos em sua produção, além de reforçar a importância dos aspectos produtivos na colheita e na pós-colheita que garantem a melhora na qualidade da produção. O fomento às atividades de coleta do cacau silvestre para plantio e produção nas áreas cultivadas, próximas às aldeias indígenas, traz também um aspecto de valorização cultural. A busca pelo cacau nativo da região, originário da Amazônia, representa um reencontro entre um dos povos originários – os Paiter Suruí – e um dos mais valorizados frutos do planeta, o cacau.

Quadro 02 – ORIGINAL BEANS

Jan Marcel Schubert

A Original Beans é uma empresa líder em chocolate artesanal que nasceu da missão conjunta de regenerar o que consumimos e de transformar as culturas do chocolate, da comida e do consumo gourmet e, para tanto, a Original Beans desde 2008 busca e protege os cacaos mais raros e justos do mundo para processá-los em chocolates puros de alta qualidade. A empresa também opera um dos mais antigos programas “um por um” de plantio de árvores: com uma árvore plantada para cada barra de chocolate vendida, juntos, os clientes da Original Beans e os produtores de cacau cultivam milhões de árvores, levando adiante uma tradição familiar que começou há 220 anos, quando um antepassado do fundador da empresa cocriou o termo “sustentabilidade”.

Graças à consistente produção agroflorestal regenerativa e otimizada em termos climáticos, incluindo embalagens compostáveis, a Original Beans é uma marca pioneira em matéria de clima. Vencedor de todos os principais prêmios de sabor e um item básico nas cozinhas dos melhores chefs em todo o mundo, o chocolate Original Beans é a prova de que juntos podemos regenerar o que consumimos e de forma positiva para o clima.

Desde a sua fundação, a Original Beans colabora com pequenos agricultores, fortalecendo as estruturas de suas organizações, compartilhando práticas agrícolas regenerativas e motivando-os a se envolver ativamente na conservação ambiental. Isso geralmente requer esforços significativos por parte da equipe de campo da Original Beans e dos parceiros locais. Nesse sentido, a experiência da empresa tem sido especialmente positiva em seu trabalho com comunidades indígenas por muitas delas já terem esse compromisso com a conservação da floresta e um profundo conhecimento da natureza.

Os povos indígenas habitam cerca de 85% das áreas designadas para a conservação da biodiversidade em todo o mundo e uma das principais missões da Original Beans é apoiá-los na luta pelos direitos à terra e pela conservação da floresta por meio da criação de uma solução de renda sustentável a partir do cultivo de cacau de alta qualidade. A empresa atualmente adquire cacau de cinco grupos indígenas⁴ em quatro países diferentes e mantém relações com muitos outros.

Uma das nossas histórias de sucesso é a parceria com a comunidade Arhuaco, no Parque Nacional Sierra Nevada, norte da Colômbia. O cacau endêmico Arhuaco businchari se tornou um dos cacaos especiais mais reconhecidos na Europa. O projeto começou em 2014 com uma única caixa de fermentação na casa de uma família Arhauco e, hoje, a comunidade produz 30 toneladas de cacau especial anualmente. O projeto, desenvolvido em parceria com a associação Arhauco AsoArhauco e Cacao de Colombia, não apenas cumpre com os mais altos padrões de qualidade e de certificação orgânica, mas também produz um cacau com um dos preços mais altos do país, apoiando mais de 100 famílias Arhauco nas áreas remotas de Sierra Nevada. No Brasil, o objetivo da Original Beans a longo prazo é poder comprar cacau nativo de sistemas agroflorestais biodiversos da comunidade Paiter Suruí, que atualmente estão sendo estabelecidos com cacau silvestre originado das áreas próximas aos rios de seu território. Esse cacau é exclusivo pela identidade cultural dos Paiter Suruí e pelo impacto positivo que pode gerar ao ser usado pela Original Beans, assim como pelo seu perfil de sabor, um dos aspectos mais importantes do cacau.

4 Arhuaco – Colômbia, Zoque- México, Chachi – Equador, Machiguenga- Peru e Q’eqchi – Guatemala

APRENDIZADOS

As atividades produtivas e econômicas tradicionais dos povos do Mosaico Tupi sempre estiveram ligadas ao manejo dos recursos da floresta e de suas roças tradicionais, fundamentais para a segurança alimentar. A transição das dinâmicas das economias indígenas após o contato com a civilização não indígena e a aproximação às lógicas e fluxos de mercado deve ser compreendida não exclusivamente como ameaça à integridade cultural, mas também, em contraponto, como oportunidade para a valorização da origem dos produtos e das melhores práticas realizadas por aqueles que são reconhecidos como os guardiões da floresta, que resistem para mantê-la em pé.

A produção de cacau em sistemas agroflorestais, tanto de variedades comerciais amplamente cultivadas como de variedades nativas adaptadas, abre grandes oportunidades nesse sentido. Essa abertura tem sido cada vez mais acolhida pelos produtores indígenas, que dependem muito do fortalecimento de parcerias e alianças comerciais e não comerciais para que recebam a devida valorização e o necessário reconhecimento.

Independentemente das possíveis parcerias comerciais diferenciadas que possam ser estabelecidas entre produtores e coletores indígenas com empresas chocolateiras e empresas exportadoras de cacau especial e fino, fica



evidente que a consolidação do potencial produtivo é fator determinante para o sucesso das articulações que já estão em curso no Mosaico Tupi, assim como o sucesso de articulações futuras.

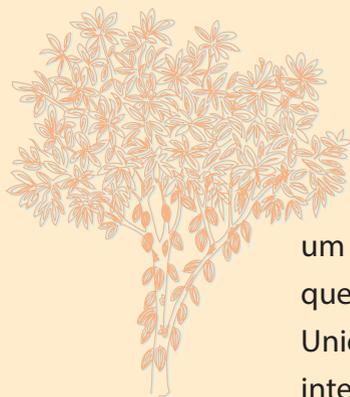
Tanto o acompanhamento de instituições técnicas de apoio quanto o estabelecimento de parcerias comerciais como as firmadas com De Mendes e Original Beans demandam dos produtores e coletores indígenas de cacau um grande empenho para atender aos critérios necessários à melhoria nos aspectos produtivos – seleção e quebra dos frutos, fermentação e secagem das amêndoas – e para garantir volume e frequência na produção.

Com as devidas adequações nas práticas produtivas e aliando ao produto as histórias por trás da produção, dos produtores e de seus territórios, as empresas parceiras conseguem articular o acesso aos mercados diferenciados – dentro e fora do Brasil – para as amêndoas e para o chocolate – especial e fino – que será produzido com esse cacau, garantindo agregação de valor e maior retorno econômico a todos os elos da cadeia, especialmente aos produtores e coletores indígenas.



POSFÁCIO





O apoio concedido ao projeto Nossa Floresta Nossa Casa (NFNC) simboliza um importante marco para a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA). A iniciativa, que ilustra a parceria de sucesso entre a Forest Trends e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi o primeiro projeto a integrar o atual portfólio de programas de impacto da PPA e poder contar com um projeto estruturado de fortalecimento das capacidades e da governança econômica territorial de 08 TIs do território Tupi Guaporé qualifica o repertório de iniciativas que recebem suporte da plataforma.

A iniciativa Nossa Floresta Nossa Casa produz conhecimentos e aprendizados que podem ser compartilhados com todo o ecossistema de impacto da Amazônia. O projeto já apresenta resultados sensíveis e significativos sobre as Iniciativas Econômicas Indígenas, principalmente quando aliadas à conservação da floresta. Esse esforço fortalece a cultura e a resiliência dos povos indígenas e gera, assim, oportunidades de renda baseadas no uso sustentável da biodiversidade.

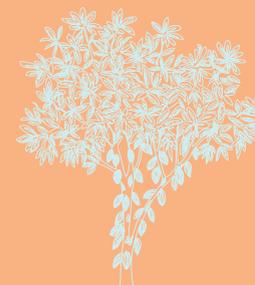
A aproximação institucional com o projeto NFNC também permitiu a implementação da metodologia de monitoramento, avaliação e aprendizados da PPA. É a partir do ferramental indicado por essa metodologia que a plataforma traduz as ações realizadas em campo em indicadores e evidências de transformação socioambiental positiva. Esse tipo de interação também permite colher informações estratégicas, as quais podem ser repartidas com toda a rede de parceiros. Vislumbra-se, assim, criar uma inteligência coletiva na busca pelos melhores caminhos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A região amazônica possui um tecido social singular, composto por uma vasta diversidade de populações locais. Assim, engloba a maior parte da população indígena do país e abriga ribeirinhos, quilombolas, seringueiros. Essa vasta diversidade étnica e populacional precisa dialogar com a sustentabilidade e a

conservação da biodiversidade. Os povos e comunidades tradicionais aliam seu modo de vida a conhecimentos que contribuem para a conservação da floresta em pé e a respectiva manutenção dos serviços ecossistêmicos que ela provê. Desse modo, são fundamentais o entendimento dessas populações e a proposição de modelos e de novos empreendimentos que aliam proteção da floresta e geração de renda visando desenvolvimento local.

De maneira geral, esses grupos étnicos desenvolvem sua produção em espaços menores, mas de maior diversidade, quando comparados com a produção agropastoril dominante no Brasil, marcada pelo latifúndio e pela monocultura. Os indígenas têm sido um grande exemplo de ocupação territorial que mantém grandes bolsões de floresta: até hoje, as Terras Indígenas são mais bem conservadas que o seu entorno e contribuem para preservação dessa biodiversidade – a taxa de desmatamento nas Terras Indígenas foi de 2% no período de 2000 a 2014 enquanto nas áreas ao redor, que não são protegidas, foi de mais de 19% (PINTO et al, 2020). Atualmente, são mais de 400 terras demarcadas que ocupam cerca de 100 milhões de hectares na Amazônia, representando mais de 20% do território amazônico e 60% das Terras Indígenas do Brasil. Essas terras têm o objetivo de garantir a proteção dos direitos e da identidade desses povos. Entretanto, é importante destacar que, mesmo com as demarcações, essas populações vivem em constante ameaça territorial – e de vida – dado o complexo contexto de disputas territoriais, grilagem e desmatamento na Amazônia.

A PPA acredita que a imprescindível conservação da biodiversidade da Amazônia só será alcançada a partir da criação de oportunidades para que as populações locais e os povos indígenas possam receber e gerar valor compartilhado, de maneira sustentável, mantendo a conservação da floresta. Em 2021, com o intuito de aprimorar sua proposta de valor, a PPA lançou sua Tese de Aceleração: o material, que traz uma cuidadosa leitura do contexto amazônico e uma visão analítica do ecossistema de impacto da região, faz menção direta à necessidade de fortalecimento dos negócios comunitários e/ou liderados por populações locais.





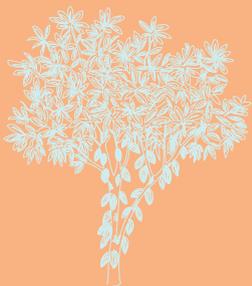
Esse tipo de empreendimento possui grande relevância no território e seu desenvolvimento proporciona melhorias de vida para muitas pessoas. O projeto NFNC, que já trabalha de maneira dedicada ao fortalecimento dos negócios indígenas, também contribui para que todo o portfólio de negócios acelerados pelos programas da PPA possa ganhar solidez e maturidade, aumentando e diversificando sua produção, qualificando o valor agregado e, dessa maneira, estimulando o consumo da produção legitimamente amazônica.

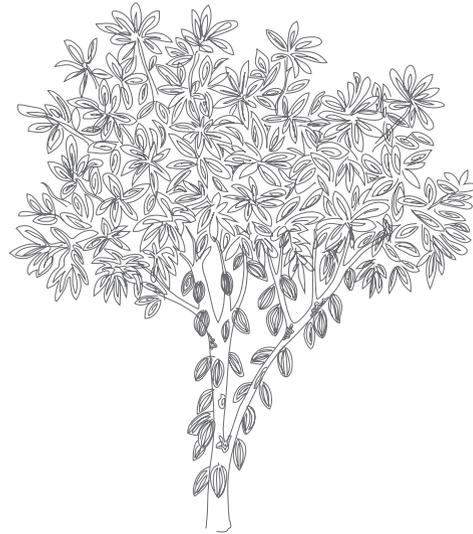
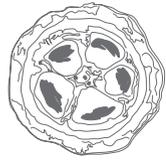
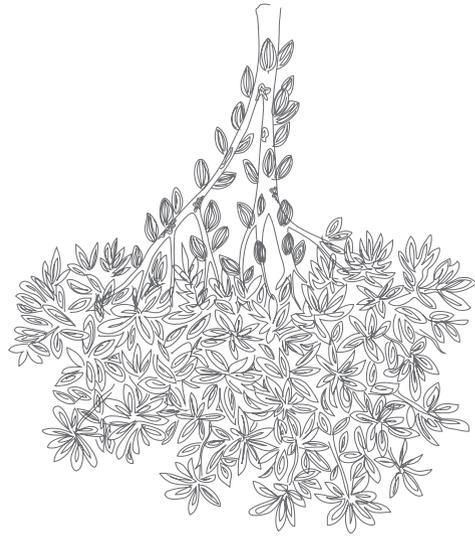
À medida que os negócios liderados por povos indígenas se desenvolvem, se diversificam e acessam novos mercados, ganham também o poder de levar um pouco da cultura, dos costumes e das virtudes da floresta para todo o mundo. A partir do momento que se reconhece o potencial de produção sustentável da Amazônia, é possível pleitear novos recursos, desenvolver novas tecnologias e atrair o consumo. Esse consumo, vinculado a um produto de alto valor agregado, é o que vai permitir a geração de receitas fundamentais para fomentar o desenvolvimento humano, a proteção dos recursos naturais e a manutenção dos saberes e da tradição local.

Em sua Tese de Aceleração, a PPA mapeou como um grande desafio a elaboração de estratégias conjuntas, levando em consideração modos de vida dos povos indígenas, a agenda ambiental e as possibilidades de geração de renda. Nesse sentido, além de políticas públicas, o fomento de negócios de impacto socioambientais que têm essa população como empreendedor, parceiro ou fornecedor pode ser um dos caminhos. Com a realização de iniciativas como a NFNC e apoio de implementadores como a Forest Trends, a plataforma tem trabalhado arduamente para contribuir com essa agenda.

Augusto Corrêa

Secretário Executivo da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA).





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGEITEC. Consorciação de Culturas. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica**, c2022. Disponível em <<https://tinyurl.com/5n8brukp>>. Acesso: 08 fev. 2022.

ALMEIDA, D; ALVES, F. B; e PIRES, L. (org.). **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade**: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre. Brasília - DF: GIZ-Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012.

BARCELLOS, M. et al. **Nós, Panyjēj Zoró**: Nossa Terra e as Mudanças Climáticas. Formação de Mediadores Culturais para Mudanças climáticas, florestas e gestão territorial. e. ed. Porto Velho: Forest Trends, 2019. Disponível em: < <https://tinyurl.com/34pfk5w9>> . Acesso: 15 de dez. de 2021.

BORGES, J. R. Porque a bioeconomia Amazônica é um caminho para o Brasil. **Página22**, 28 jul. 2021. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2sb677px> >. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Brasília, DF. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Inovação, Desenvolvimento e Irrigação, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Cartilha de boas práticas na lavoura cacaueira no estado do Pará**. Belém: Mapa/CEPLAC, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF: 2009. Disponível em < <https://tinyurl.com/2jxzb4tz> >. Acesso: 14 de dez. de 2021.

CBI. What is the demand for cocoa on the European market?. **Centre for the Promotion of Imports from developing countries**, 2021. Disponível em <<https://www.cbi.eu/market-information/cocoa/trade-statistics>>. Acesso: 28 jan. 2022.

CONAB. Companhia nacional de Abastecimento. **Boletim da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF, v. 5, n. 3, junho 2021.

DOS SANTOS, A.M. **La filière cacao-chocolat au Brésil et en France** : fondements basiques pour une stratégie du cacao brésilien. Montpellier, França : Moisa/Supagro, 2009

DOS SANTOS, V. S. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. **Revista Fórum Identidades**, Porto Velho, v. 16, n. nº 16, set 2015. ISSN 1982-3916.

FONSECA, D. R.; TEIXEIRA, M. A. D. **História regional: Rondônia**. 4. ed. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

FAOSTAT. Crops and livestock products: Production of Cocoa, beans: top 10 producers 1985. **Food and Agriculture Organization of The United Nations**, 2022. Disponível em: < <https://tinyurl.com/yjshupmc> >. Acesso: 28 jan. 2022.

FAOSTAT. Crops and livestock products: Production of Cocoa, beans: top 10 producers Average 2010 - 2020. **Food and Agriculture Organization of The United Nations**, 2022b. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p8fa4ex> >. Acesso: 28 jan. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO; FONDO PARA EL DESARROLLO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS - FILAC. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques**. FAO. Santiago, Chile, p. 172. 2021. (978-92-5-133873-5).

FONDO PARA LA DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE - EDF. **La contribución de los Pueblos Indígenas Amazónicos es vital para la estabilidad del clima mundial**. Fondo para la Defensa del Medio Ambiente - EDF. [S.l.]. 2017.

FOREST TRENDS. REDDX Resources. **REDDX Tracking Forest Finance**, 2013. Disponível em: <<https://reddx.forest-trends.org/resources/>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FUNDO VALE. **Áreas protegidas**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/calha_norte/capitulos_de_livros/AreasProtegidasLivro.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

GLOBO RURAL. Consumo de chocolate caiu 12% no Brasil durante a pandemia, aponta pesquisa. **Globo Rural**, 04 set. 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/554vevvc> >. Acesso: 09 fev. 2022.

HALLA, M (org). **Miembros del Consorcio de Apoyo a Pueblos Indígenas, Comunidades Locales y Bosques*, aliados y colaboradores**. Washington, D. C.: Forest Trends, 2018. Disponível em: < https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/05/Livro-23alt_16largESP1.pdf >. Acesso em: 14 dez. 2021.

ICCO. Cocoa Market Report – October 2021. **International Cocoa Organization**, c2022. Disponível em: < <https://tinyurl.com/y4n2ja52> >. Acesso: 08 fev. 2022.

ICCO. What is Fine or Flavour Cocoa?. **International Cocoa Organization**, c2022. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p8vzd6d> >. Acesso: 08 fev. 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2021. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p8m6d5c>>. Acesso: 22 dez. 2021

MALDI, D. O Complexo Cultural do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Médio Guaporé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7(2), p. 209-269, 1991. ISSN 0522-7291.

MANEJE BEM. Tecnologia que gera inteligência: sistemas agroflorestais. **Maneje bem**, c2022. Disponível em <<https://tinyurl.com/5cr59bxw>>. Acesso: 01 fev. 2022.

MERCADO DO CACAU. Qual é o preço justo do cacau especial?. **Mercado do Cacau**, c2022. Disponível em: < <https://tinyurl.com/tmtr4pm6> >. Acesso: 08 fev. 2022.

PARCEIROS PELA AMAZÔNIA. Sobre nós. **PPA - Parceiros Pela Amazônia**, 2021. Disponível em: < <https://ppa.org.br/sobre-nos> >. Acesso em: 12 nov. 2021.

PINTO, E. P. et al. Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: o desafio da produção familiar em uma economia de baixo carbono. Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil, Santiago, p. 89-101, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45591> >. Acesso em: 23 nov. 2021.

REIS, A. **Seringal e o seringueiro**. 2ª. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE - RRI. **Who Owns the World's Land? A global baseline of formally recognized indigenous and community land rights**. Washington, DC: RRI, 2015. Disponível em: <https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/GlobalBaseline_complete_web.pdf >. Acesso em: 14 dez. 2021.

SANTOS, A. M.; GOMIDE, M. L. C. A ocupação do entorno das Terras Indígenas em Rondônia, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 417-436, set./dez. 2015.

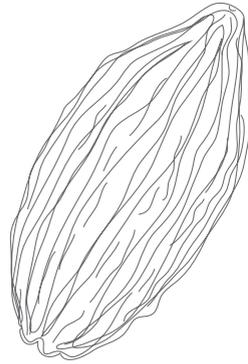
TRADEMAP. List of exporters for the selected product: 1801 Cocoa beans, whole or broken, raw or roasted. **Trademap – Trade statistics for international business development**, 2022a. Disponível em: < <https://tinyurl.com/yff5hs2r> >. Acesso: 18 dez. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. **Relatório de resultado da pesquisa de campo Mosaico Tupi**. UNIR. Cacoal. 2020.

WALKER, T. W. N. et al. A systemic overreaction to years versus decades of warming in a subarctic grassland ecosystem. **Nature Ecology & Evolution**, jan. 2019.

WALKERA, W. S. et al. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **IPAM Amazônia**, 27 jan. 2020. Disponível em: < <https://tinyurl.com/4pf32m4w> >. Acesso em: 14 dez. 2021.

WHITE, A.; MARTIN, A. **Who owns the world's Forests? Forest tenure and public forests in transition**. Washington, D.C.: Forest Trends, 2002. ISBN 0-9713606-2-6. Disponível em: < <https://www.forest-trends.org/publications/who-owns-the-worlds-forests-forest-tenure-and-public-forests-in-transition/> >. Acesso em: 14 dez. 2021.





Este livro foi diagramado
no programa Indesign CS6
e ilustrado no programa
Illustrator CS6. As fontes
utilizadas são Cheap Potatoes
Black, Myriad Pro,
Hockey is Lif e Calibri.

